

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
-----------------------------------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	101
-------------------------------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	103
-------------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	60.066.155
Preferenciais	60.066.155
Total	120.132.310
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	495.000
Total	495.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.700.929	1.869.410
1.01	Ativo Circulante	433.998	578.689
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.509	4.300
1.01.02	Aplicações Financeiras	193.768	424.419
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	193.768	46.484
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	193.768	46.484
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	377.935
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	377.935
1.01.03	Contas a Receber	215.860	120.145
1.01.03.01	Clientes	213.348	117.180
1.01.03.01.01	Contas a Receber Clientes	212.194	115.907
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.154	1.273
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.512	2.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.830	14.984
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.830	14.984
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	11.830	14.984
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.571	3.255
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.460	11.586
1.01.08.03	Outros	2.460	11.586
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	1.059	1.244
1.01.08.03.02	Ganho não realizado de operação de "SWAP"	0	7.845
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	1.401	2.497
1.02	Ativo Não Circulante	1.266.931	1.290.721
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	166.276	212.470
1.02.01.03	Contas a Receber	11.319	11.319
1.02.01.06	Tributos Diferidos	100.076	98.673
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	100.076	98.673
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.165	3.735
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	31.484	28.035
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	31.484	28.035
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	19.232	70.708
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	19.232	70.708
1.02.02	Investimentos	902.435	893.558
1.02.02.01	Participações Societárias	902.435	893.558
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	902.435	893.558
1.02.03	Imobilizado	135.924	121.961
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	135.924	121.961
1.02.04	Intangível	62.296	62.732
1.02.04.01	Intangíveis	62.296	62.732

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.700.929	1.869.410
2.01	Passivo Circulante	499.560	354.538
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.795	27.867
2.01.01.01	Obrigações Sociais	22.795	27.867
2.01.01.01.01	Salários e encargos sociais	22.795	27.867
2.01.02	Fornecedores	131.301	130.547
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	131.301	130.547
2.01.02.01.01	Fornecedores	130.430	129.423
2.01.02.01.02	Fornecedores Partes Relacionadas	871	1.124
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.285	11.692
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.802	11.270
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	52	46
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	431	376
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	266.482	120.494
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	266.482	120.494
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	266.482	120.494
2.01.05	Outras Obrigações	61.538	57.379
2.01.05.02	Outros	61.538	57.379
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	926	926
2.01.05.02.04	Perda não realizada em operação "SWAP"	11.348	7.358
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	28.067	24.864
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	21.197	24.231
2.01.06	Provisões	6.159	6.559
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.159	6.559
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	2.328	3.390
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	397	287
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	3.434	2.882
2.02	Passivo Não Circulante	221.042	561.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	76.584	79.582
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	76.584	79.582
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	76.584	79.582
2.02.02	Outras Obrigações	94.845	436.782
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	80.727	423.208
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	80.727	423.208
2.02.02.02	Outros	14.118	13.574
2.02.02.02.03	Provisão para perdas em controladas	6.625	5.930
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições	0	50
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	7.493	7.594
2.02.03	Tributos Diferidos	40.208	35.290
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.208	35.290
2.02.04	Provisões	9.405	9.526
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.405	9.526
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.395	1.372
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.053	7.002
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	957	1.152
2.03	Patrimônio Líquido	980.327	953.692

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.01	Capital Social Realizado	530.621	530.621
2.03.01.01	Capital social	530.621	530.621
2.03.04	Reservas de Lucros	432.216	432.216
2.03.04.01	Reserva Legal	22.001	22.001
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	414.863	414.863
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-4.648	-4.648
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	25.179	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-7.689	-9.145

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	173.038	159.621
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.055	-64.583
3.03	Resultado Bruto	108.983	95.038
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-72.775	-77.268
3.04.01	Despesas com Vendas	-55.428	-43.035
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.838	-30.877
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.257	-274
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.234	-3.082
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	8.936	-2.105
3.04.06.02	Provisão para perdas em investimentos	-702	-977
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.208	17.770
3.06	Resultado Financeiro	-4.874	8.593
3.06.01	Receitas Financeiras	11.427	20.583
3.06.01.01	Receitas financeiras	10.389	17.726
3.06.01.02	Variação cambial, líquida	1.038	2.857
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.301	-11.990
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-16.301	-11.990
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.334	26.363
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.155	-3.779
3.08.01	Corrente	-2.639	-5.755
3.08.02	Diferido	-3.516	1.976
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.179	22.584
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.179	22.584
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21039	0,18877
3.99.01.02	PN	0,21039	0,18877

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	25.179	22.584
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.456	-7.449
4.03	Resultado Abrangente do Período	26.635	15.135

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.657	17.629
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.814	48.618
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	25.179	22.584
6.01.01.02	Depreciação e amortização	15.979	15.769
6.01.01.04	Acréscimo (reversão) de prov. para perdas em controladas	702	977
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	-8.936	2.105
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	3.516	-1.976
6.01.01.07	Acréscimo (reversão) prov.créditos liquidação duvidosa	14.425	9.354
6.01.01.08	Acréscimo (reversão) de provisão para contingências	1.030	3.256
6.01.01.09	Acréscimo valores de permuta	-403	535
6.01.01.10	Reversão (provisão) ganho não realizado em operação "Swap".	11.348	11.265
6.01.01.12	Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial líquida	-8.026	-15.618
6.01.01.13	Perda (ganho) na venda de bens do ativo imobilizado e intangível	0	367
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-67.471	-30.989
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-109.944	-10.920
6.01.02.02	Impostos a recuperar	3.521	2.743
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	1.096	-4.152
6.01.02.05	Depósitos judiciais	49.973	-1.062
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-3.746	-1.334
6.01.02.07	Outras contas a receber	454	-176
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-3.133	-1.460
6.01.02.09	Fornecedores	-3.288	-10.727
6.01.02.10	Salários e encargos sociais	-5.072	-5.178
6.01.02.11	Adiantamento a clientes	3.203	3.165
6.01.02.12	Acréscimo de aplicações financeiras	0	-17.000
6.01.02.13	Resgate de aplicações financeiras	0	11.935
6.01.02.14	Impostos e contribuições	-165	4.203
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuições social pagos	-368	-351
6.01.02.16	Juros pagos	-2	-675
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-134.399	-20.614
6.02.03	Imobilizado	-17.255	-12.074
6.02.05	Intangível	-8.453	-9.168
6.02.07	Contas a receber(pagar) partes relacionadas	-345.929	-9.565
6.02.08	Acréscimo das aplicações financeiras	-194.245	0
6.02.09	Resgate de aplicações financeiras	431.483	10.193
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	146.265	793
6.03.01	Empréstimos e financiamentos bancários	150.485	5.287
6.03.02	Pagamentos de financiamentos bancários (principal)	-3.928	0
6.03.03	Recompra de ações	0	-4.229
6.03.05	Pagamento de CPMF - REFIS	-292	-265
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-791	-2.192
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.300	6.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.509	4.521

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	530.621	-4.648	436.864	0	-9.145	953.692
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	530.621	-4.648	436.864	0	-9.145	953.692
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.179	1.456	26.635
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.179	0	25.179
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.456	1.456
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.456	1.456
5.07	Saldos Finais	530.621	-4.648	436.864	25.179	-7.689	980.327

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	530.621	-419	337.486	2.842	-9.999	860.531
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	530.621	-419	337.486	2.842	-9.999	860.531
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.229	0	0	0	-4.229
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.229	0	0	0	-4.229
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.584	380	22.964
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.584	0	22.584
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	380	380
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	380	380
5.07	Saldos Finais	530.621	-4.648	337.486	25.426	-9.619	879.266

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	184.766	187.447
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	192.152	175.892
7.01.02	Outras Receitas	-7.386	11.555
7.01.02.01	Provisão para devedores duvidosos - constituição	-14.425	-9.354
7.01.02.02	Receitas relativas a construção de ativos próprios	7.039	20.909
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-92.237	-103.654
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-41.862	-45.622
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-50.375	-58.032
7.03	Valor Adicionado Bruto	92.529	83.793
7.04	Retenções	-15.979	-15.769
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.979	-15.769
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	76.550	68.024
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.656	21.778
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.936	-2.105
7.06.02	Receitas Financeiras	14.422	24.860
7.06.03	Outros	-702	-977
7.06.03.01	Provisão para perdas em investimentos	-702	-977
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	99.206	89.802
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	99.206	89.802
7.08.01	Pessoal	25.355	25.995
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.496	20.309
7.08.01.02	Benefícios	4.172	3.439
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.687	2.247
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.423	20.395
7.08.02.01	Federais	24.322	19.927
7.08.02.02	Estaduais	6	0
7.08.02.03	Municipais	1.095	468
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.249	20.828
7.08.03.01	Juros	20.720	16.207
7.08.03.02	Aluguéis	2.529	4.621
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.179	22.584
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.179	22.584

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.783.289	1.987.182
1.01	Ativo Circulante	580.073	726.718
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.798	31.396
1.01.02	Aplicações Financeiras	204.680	426.325
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	204.680	48.390
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	204.680	48.390
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	377.935
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	377.935
1.01.03	Contas a Receber	303.288	210.745
1.01.03.01	Clientes	276.937	186.018
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	275.783	184.745
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	1.154	1.273
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	26.351	24.727
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.731	23.514
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.731	23.514
1.01.07	Despesas Antecipadas	20.151	21.366
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.425	13.372
1.01.08.03	Outros	9.425	13.372
1.01.08.03.01	Depósitos judiciais	1.059	1.244
1.01.08.03.02	Ganho não realizado em operação de "Swap"	0	7.920
1.01.08.03.03	Adiantamento de fornecedores	8.366	4.208
1.02	Ativo Não Circulante	1.203.216	1.260.464
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	161.092	205.222
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.591	10.713
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	1.591	10.713
1.02.01.03	Contas a Receber	14.884	14.883
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.884	14.883
1.02.01.06	Tributos Diferidos	117.914	98.673
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.914	98.673
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	6.597	10.080
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	53	53
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	53	53
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.053	70.820
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	688	0
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	19.365	70.820
1.02.03	Imobilizado	309.297	299.428
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	309.297	299.428
1.02.04	Intangível	732.827	755.814
1.02.04.01	Intangíveis	732.827	755.814

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.783.289	1.987.182
2.01	Passivo Circulante	637.916	853.833
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.304	44.668
2.01.01.01	Obrigações Sociais	37.304	44.668
2.01.01.01.01	Salários e encargos sociais	37.304	44.668
2.01.02	Fornecedores	163.912	170.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	163.912	170.854
2.01.02.01.01	Fornecedores	163.041	169.730
2.01.02.01.02	Fornecedores partes relacionadas	871	1.124
2.01.03	Obrigações Fiscais	50.665	48.896
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	46.311	42.012
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.387	6.195
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	967	689
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	283.996	491.872
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	283.996	491.872
2.01.05	Outras Obrigações	95.731	90.859
2.01.05.02	Outros	95.731	90.859
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	926	926
2.01.05.02.04	Perda não realizada em operação "Swap"	11.348	7.830
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	41.121	39.453
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	42.336	42.650
2.01.06	Provisões	6.308	6.684
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.308	6.684
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	2.328	3.389
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	398	287
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	3.582	3.008
2.02	Passivo Não Circulante	165.281	179.776
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	87.211	94.395
2.02.02	Outras Obrigações	18.717	31.005
2.02.02.02	Outros	18.717	31.005
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	18.717	31.005
2.02.03	Tributos Diferidos	40.208	35.290
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.208	35.290
2.02.04	Provisões	19.145	19.086
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.145	19.086
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.030	10.911
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.136	7.002
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	979	1.173
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	980.092	953.573
2.03.01	Capital Social Realizado	530.621	530.621
2.03.01.01	Capital social realizado	530.621	530.621
2.03.04	Reservas de Lucros	432.216	432.216
2.03.04.01	Reserva Legal	22.001	22.001
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	414.863	414.863
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-4.648	-4.648
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	25.179	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-7.689	-9.145
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-235	-119

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	297.350	183.178
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-98.117	-71.531
3.03	Resultado Bruto	199.233	111.647
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-149.796	-91.834
3.04.01	Despesas com Vendas	-70.802	-44.986
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-78.513	-46.553
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-481	-295
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	49.437	19.813
3.06	Resultado Financeiro	-9.446	8.316
3.06.01	Receitas Financeiras	18.472	20.607
3.06.01.01	Receitas financeiras	10.839	18.056
3.06.01.02	Variação cambial, líquida	7.633	2.551
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.918	-12.291
3.06.02.01	Despesas Financeiras	0	-12.291
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.991	28.129
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.928	-5.529
3.08.01	Corrente	-9.645	-7.505
3.08.02	Diferido	-5.283	1.976
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.063	22.600
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	25.063	22.600
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	25.179	22.584
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-116	16
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21039	0,18877
3.99.01.02	PN	0,21039	0,18877

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	25.179	22.584
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.456	-7.449
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	26.635	15.135
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	26.751	15.853
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-116	-718

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.510	8.891
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	71.608	51.433
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	25.063	22.600
6.01.01.02	Depreciação e amortização	38.288	21.204
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-14.324	-1.976
6.01.01.07	Acréscimos (reversão) prov. créditos liquidação duvidosa	17.639	9.674
6.01.01.08	Acréscimo (reversão) de provisão para contingências	1.146	3.285
6.01.01.09	Acréscimo valores permuta	-403	535
6.01.01.10	Reversão (provisão) ganho não realizado em operação "Swap"	11.348	11.265
6.01.01.11	Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial líquida	-7.149	-15.483
6.01.01.12	Perda (ganho) navenda de bens do ativo imobilizado intangível	0	329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-87.118	-42.542
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-107.911	-15.900
6.01.02.02	Impostos a recuperar	3.306	5.615
6.01.02.04	Adiantamento de fornecedores	-4.158	-4.572
6.01.02.05	Depósitos judiciais	50.290	-1.037
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	4.698	-4.827
6.01.02.07	Outras contas a receber	-1.625	-773
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-12.550	4.053
6.01.02.09	Fornecedores	-12.263	-18.728
6.01.02.10	Salários e encargos sociais	-7.364	-4.943
6.01.02.11	Impostos e contribuições	2.011	1.697
6.01.02.12	Adiantamento a clientes	1.668	4.018
6.01.02.13	Acréscimo de aplicações financeiras	0	-17.000
6.01.02.14	Resgate de aplicações financeiras	0	11.935
6.01.02.15	Impostos de renda e contribuição social pagos	-3.211	-935
6.01.02.16	Juros pagos	-9	-1.145
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	216.357	-13.726
6.02.02	Valor pago nas aquisições menos caixa e equivalente de caixa adquiridos	0	-14.256
6.02.03	Imobilizado	-28.123	-9.663
6.02.05	Intangível	-10.879	0
6.02.08	Acréscimo das aplicações financeiras	-185.082	0
6.02.09	Resgate das aplicações financeiras	440.441	10.193
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-213.900	309
6.03.01	Empréstimo e financiamentos bancários	159.723	5.287
6.03.02	Pagamentos de financiamentos bancários (principal)	-373.331	-484
6.03.03	Recompra de ações	0	-4.229
6.03.05	Pagamento CPMF - REFIS	-292	-265
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.456	784
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.597	-3.742
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.395	11.373
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.798	7.631

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	530.621	-4.648	436.864	0	-9.145	953.692	-119	953.573
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	530.621	-4.648	436.864	0	-9.145	953.692	-119	953.573
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.179	1.456	26.635	-116	26.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.179	0	25.179	-116	25.063
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.456	1.456	0	1.456
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.456	1.456	0	1.456
5.07	Saldos Finais	530.621	-4.648	436.864	25.179	-7.689	980.327	-235	980.092

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	530.621	-419	337.486	2.842	-9.999	860.531	1.352	861.883
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	530.621	-419	337.486	2.842	-9.999	860.531	1.352	861.883
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.229	0	0	0	-4.229	0	-4.229
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.229	0	0	0	-4.229	0	-4.229
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.584	380	22.964	24	22.988
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.584	0	22.584	16	22.600
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	380	380	8	388
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	380	380	8	388
5.07	Saldos Finais	530.621	-4.648	337.486	25.426	-9.619	879.266	1.376	880.642

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	330.386	215.060
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	339.288	203.821
7.01.02	Outras Receitas	0	-11
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.737	20.950
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.639	-9.700
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-116.318	-117.974
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-57.956	-49.975
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.362	-67.999
7.03	Valor Adicionado Bruto	214.068	97.086
7.04	Retenções	-35.329	-21.168
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.329	-21.168
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	178.739	75.918
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.966	25.193
7.06.02	Receitas Financeiras	14.966	25.193
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	193.705	101.111
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	193.705	101.111
7.08.01	Pessoal	59.201	30.374
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.510	24.003
7.08.01.02	Benefícios	8.506	3.873
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.185	2.498
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.189	26.375
7.08.02.01	Federais	46.467	23.758
7.08.02.02	Estaduais	11.993	1.761
7.08.02.03	Municipais	1.729	856
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.252	21.762
7.08.03.01	Juros	37.400	16.793
7.08.03.02	Aluguéis	11.852	4.969
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.063	22.600
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.179	22.584
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-116	16

Relatório



UOL

Anuário do Desempenho

Resultados 1T11

10 de maio de 2011

UOL CRESCE EBITDA EM 108% E RECEITA LÍQUIDA EM 62% NO 1T11 (R\$ 83MM e R\$297MM, respectivamente)

São Paulo, 10 de maio de 2011 – O UOL (BM&FBOVESPA: UOLL4) anuncia hoje os resultados consolidados de 2011. As informações financeiras intermediárias consolidadas são apresentadas de acordo com o padrão contábil internacional – IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e com o padrão contábil brasileiro - CPC.



Resultados 1T11

Teleconferências:

11 maio de 2011

10h00 - Português

Tel: (11) 3127-4971

código: UOL

Replay por uma semana

Tel: (11) 3127-4999

Código: 59814995

Relações com Investidores

Maria Judith de Brito

CFO e Diretor de Relações com Investidores

Cintia Emico Tachibana

Relações com Investidores

ri@uolinc.com


DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- O EBITDA consolidado do 1T11 atingiu R\$ 82,6 milhões, 108% superior ao 1T10.
- A Receita Líquida total foi de R\$ 297,4 milhões no 1T11, com crescimento de 62% sobre o 1T10.
- A margem operacional bruta foi de 67% no 1T11, contra 61% no mesmo período do ano anterior.
- A receita líquida de assinaturas foi de R\$ 100,4 milhões no 1T11, com crescimento de 5% sobre o 1T10.
- A receita líquida de publicidade e outras cresceu 124%, atingindo R\$ 197,0 milhões no trimestre, devido ao crescimento orgânico de publicidade, produtos e atividades de data center, além da integração de DIVEO.
- No 1T11 assinantes pagantes de banda larga atingiram 1.379 mil (78% do total), aumento de 4% em comparação com 1T10. Em dial-up o total de assinantes foi de 397 mil, permanecendo estável.
- **O UOL completa 15 anos de liderança:** Ao longo de sua história, consolidou-se como principal empresa brasileira geradora de conteúdo e serviços de internet. É o portal brasileiro líder em audiência, sendo visitado mensalmente por 72% dos internautas do País, segundo o Ibope. Pelas métricas da Omniture, o UOL atingiu em março recorde de audiência, com mais de 54 milhões de visitantes únicos e 5,3 bilhões de páginas vistas. Com sua história de credibilidade e inovação, o UOL virou sinônimo de internet brasileira ao oferecer o melhor conteúdo em mais de 1.000 canais temáticos, bem como serviços e produtos voltados às necessidades do crescente público da web. Além disso, disponibiliza plataforma de produtos diferenciados, nos segmentos de e-commerce, pagamentos online, serviços de dados e infraestrutura de TI, entre outros.

**Resultados 1T11**

Teleconferências:

11 maio de 2011**10h00 - Português**

Tel: (11) 3127-4971

codigo: UOL

Replay por uma semana

Tel: (11) 3127-4999

Código: 59814995

Relações com Investidores**Maria Judith de Brito**

CFO e Diretor de Relações com Investidores

Cintia Emico Tachibana

Relações com Investidores

ri@uolinc.com**DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS**

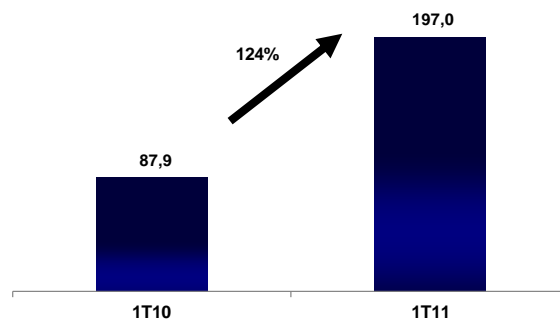
- PagSeguro, serviço de pagamento online, líder em transações no Brasil, amplia sua presença em novos segmentos, como por exemplo clubes de compras, eventos e projetos filantrópicos.
- O UOL, seguindo sua estratégia de crescimento no mercado de meios de pagamentos online, adquiriu participação majoritária de 51% na empresa “Boa Compra”. A empresa é especializada em meios de pagamento online para jogos e atua no mercado brasileiro, argentino, chileno, mexicano e português.
- Lançamento do site de compras coletivas “TodoDesconto” (www.tododesconto.com.br).
- O UOL venceu pela 3ª vez consecutiva o “Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente” (categoria Internet), promovido pela revista Consumidor Moderno.
- A homepage do UOL atinge novo recorde em março 2011, com mais de 1 bilhão de páginas vistas.
- O UOL Celular segue crescendo e bate novos recordes de audiência. Nas últimas medições realizadas atingiu a marca dos 1,4 milhão de visitantes, com mais de 34,3 milhões de páginas vistas.

Receita Líquida

A receita líquida total do primeiro trimestre de 2011 cresceu 62% com relação a 2010 e atingiu R\$ 297,4 milhões.

A receita líquida de publicidade e outras cresceu 124%, atingindo R\$ 197,0 milhões no trimestre, devido ao crescimento orgânico da publicidade online, produtos e atividades de data center, bem como à consolidação da DIVEO.

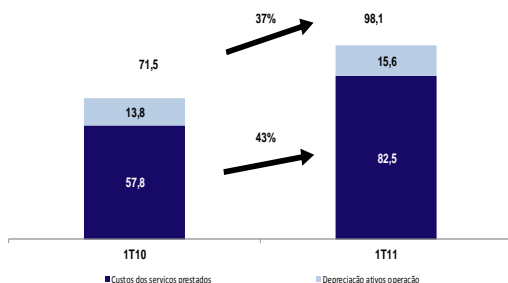
Receita de Publicidade e outras



A receita líquida de assinaturas de 1T11 aumentou 5% com relação ao 1T10, atingindo R\$ 100,4 milhões no 1T11.

O total da receita bruta de serviços foi de R\$ 393,5 milhões, com crescimento de 57% em relação ao 1T10.

Custo dos Serviços Prestados



Os custos dos serviços prestados (CSP) atingiram R\$ 98,1 milhões, com aumento de 37% em relação ao mesmo período de 2010.

Houve aumento de 43% nos custos de serviços prestados líquidos de depreciação, proporcional ao aumento das receitas da empresa.

	1T10	1T11
Custos dos serviços prestados	57,8	82,5
Depreciações e amortizações	13,8	15,6
Total	71,5	98,1

Resultado Bruto

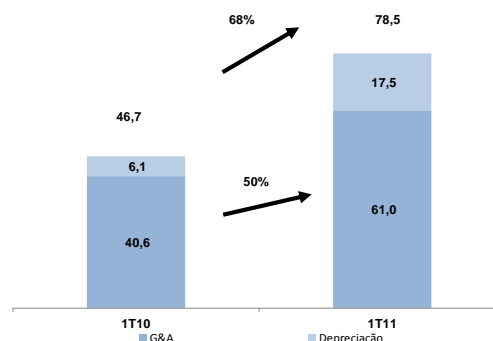
O resultado bruto passou de R\$ 111,6 milhões no 1T10 para R\$ 199,2 milhões no 1T11, com crescimento de 78%. Os percentuais de margem bruta passaram de 61% em 2010 para 67% em 2011. Desconsiderando os efeitos da classificação de depreciação para CSP, as margens passam de 68% para 72% em 2011.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas alcançaram R\$ 70,8 milhões, crescendo 57% se comparadas com o mesmo período de 2010. Esse incremento é atribuído ao aumento de equipes de vendas diretas, esforços de marketing necessários para o destaque da empresa no setor de Data Centers, Infraestrutura de TI e Webhosting e despesas relacionadas a suporte de vendas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas Gerais e Administrativas, excluídas depreciações e amortizações, totalizaram R\$ 61,0 milhões para o período. Em relação ao 1T10, houve um aumento de 50%, devido principalmente à consolidação da DIVEO.



Abaixo segue quadro ilustrativo da composição das despesas Gerais e Administrativas.

	1T10	1T11
G&A	40,6	61,0
Depreciações e amortizações	6,1	17,5
Total	46,7	78,5

Custos e Despesas de Depreciações e Amortizações

Os custos e despesas com depreciações e amortizações foram de R\$ 33,2 milhões no 1T11 e R\$ 19,9 milhões no 1T10, crescimento devido principalmente à evolução das operações relacionadas ao Data Center, infraestrutura de TI e Webhosting.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social corrente de 2011 foi de R\$ 9,6 milhões. O imposto de renda e contribuição social diferido foi de R\$ 5,3 milhões.

EBITDA

O EBITDA do primeiro trimestre de 2011 foi de R\$ 82,6 milhões, com margem EBITDA de 27,8%, conforme tabela abaixo:

	1T10	1T11
Lucro líquido	22,6	25,1
Resultado financeiro	(8,3)	9,4
Depreciações e amortizações	19,9	33,2
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	7,5	9,6
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(2,0)	5,3
EBITDA	39,7	82,6
Margem de EBITDA	21,7%	27,8%

EBITDA é o lucro (prejuízo) líquido adicionado de imposto de renda e contribuição social, do resultado de participações não consolidadas, das receitas (despesas) financeiras líquidas, de depreciações e amortizações e de participações de acionistas minoritários conforme Ofício CVM 01/2007. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou nas normas internacionais de Contabilidade (IFRS), não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e no mercado internacional, uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Lucro Líquido e Lucro por Ação

O lucro líquido do primeiro trimestre de 2011 foi de R\$ 25,1 milhões. O total de lucro líquido por ação para o trimestre é de R\$ 0,21.

Liquidez e Recursos de CapitalAtividades Operacionais

O caixa utilizado nas atividades operacionais no 1T11 foi de R\$ 12,3 milhões, antes dos pagamentos referentes ao Imposto de Renda e Juros e R\$ 15,5 milhões após essas retenções. No 1T10 o caixa gerado foi de R\$ 10,9 milhões e R\$ 8,9 milhões, respectivamente.

Atividades de Investimento

As atividades de investimento para geraram saídas de caixa total em um montante de R\$ 216,4 milhões no período.

Atividades de Financiamento

O saldo final de caixa utilizado nas atividades de financiamento no 1T11 foi de R\$ R\$ 213,9 milhões, impactado pelo pagamento de empréstimos contratados para subsidiar a aquisição da DIVEO.

Balanço

No 1T11 caixa e equivalentes de caixa foram de R\$ 19,8 milhões, e o patrimônio líquido teve saldo de R\$ 982,0 milhões.

Abaixo apresentação de dívida líquida

	31/03/11	31/12/10
Caixa e equivalentes de caixa	19,8	31,4
Aplicações financeiras	204,7	426,3
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	7,9
Perda não realizada em operação de "swap"	(11,3)	(7,8)
Empréstimos e financiamentos - Curto Prazo	(284,0)	(491,9)
Empréstimos e financiamentos - Longo Prazo	(87,2)	(94,4)
Dívida líquida	(158,1)	(128,5)

Audiência

Segundo os levantamentos do Ibope/NetRatings, o UOL encerra o primeiro trimestre de 2011 mantendo sua posição de portal brasileiro líder na internet. O painel residencial + corporativo mostra que em março mais de 31 milhões de visitantes acessaram o portal, o que representa um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior, e visualizaram mais de 4,2 bilhões de páginas. Cada visitante passou em média 1h36min58seg em nosso site em março de 2011, representando um crescimento de 24% se comparado com o mesmo período de 2010 (1h17min42seg).

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais

	Consolidado (IFRS)	
	31/03/11	31/03/10
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	297.349	183.178
Custo dos serviços prestados	(98.117)	(71.531)
RESULTADO BRUTO	199.233	111.647
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Com vendas	(70.802)	(44.986)
Gerais e administrativas	(78.513)	(46.553)
Participações em sociedades controladas:		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Provisão para perdas	-	-
Outros resultados com investimentos	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(481)	(295)
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(27.918)	(12.291)
Receitas financeiras	10.839	18.056
Variação cambial, líquida	7.633	2.551
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS	39.991	28.129
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES	(9.645)	(7.505)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	(5.282)	1.976
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.063	22.600
Atribuída a:		
Participação do acionista controlador da controladora	25.179	22.584
Participação dos não controladores	(116)	16

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais

	Consolidado (IFRS)	
	31/03/11	31/12/10
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	19.798	31.396
Aplicações financeiras	204.680	426.325
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	7.920
Contas a receber de clientes	275.783	184.745
Contas a receber de partes relacionadas	1.154	1.273
Impostos a recuperar	22.731	23.514
Adiantamentos a fornecedores	8.366	4.208
Despesas pagas antecipadamente	20.151	21.366
Depósitos judiciais	1.059	1.244
Outras contas a receber	26.352	24.727
Total do ativo circulante	580.074	726.718
NÃO CIRCULANTE		
Aplicação financeira	1.591	10.713
Contas a receber de clientes	-	-
Depósitos judiciais	19.365	70.820
Impostos a recuperar	688	-
Imposto de renda diferido	117.914	98.673
Contas a receber partes relacionadas	53	53
Despesas pagas antecipadamente	6.597	10.080
Outras contas a receber	14.884	14.884
Investimentos em empresas controladas	-	-
Imobilizado	309.297	299.428
Intangível	732.827	755.814
Total do ativo não circulante	1.203.216	1.260.464
TOTAL DO ATIVO	1.783.290	1.987.183
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	163.041	169.730
Fornecedores - partes relacionadas	871	1.124
Perda não realizada em operação de "swap"	11.348	7.830
Empréstimos e financiamentos	283.996	491.872
Salários e encargos sociais	37.304	44.668
Impostos e contribuições	50.665	48.896
Provisão para contingências	6.308	6.684
Dividendos estatutários a pagar	926	926
Adiantamentos de clientes	41.122	39.453
Outras contas a pagar	42.336	42.651
Total do passivo circulante	637.917	853.834
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores	-	-
Partes relacionadas	-	-
Empréstimos e financiamentos	87.211	94.395
Provisão para perda em controladas	-	-
Impostos e contribuições	-	50
Imposto de renda diferido	40.208	35.290
Provisão para contingências	19.145	19.086
Outras contas a pagar	18.717	30.954
Total do passivo não circulante	165.281	179.776
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	530.621	530.621
Reserva legal	22.001	22.001
Reserva de retenção de lucros	414.863	414.863
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.689)	(9.145)
Lucros acumulados	25.179	-
Ações em tesouraria	(4.648)	(4.648)
Patrimônio líquido atribuído ao acionista controlador da Controladora	980.327	953.692
Participação dos não controladores	(235)	(119)
Total do patrimônio líquido	980.092	953.573
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.783.290	1.987.183

ANEXO III – FLUXO DE CAIXA

Em milhares de reais

	Consolidado (IFRS)	
	31/03/11	31/03/10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	25.063	22.600
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:	-	-
Depreciação e amortização	38.288	21.204
Perda (ganho) na venda de bens do ativo imobilizado e intangível	-	329
Acréscimo (reversão) de provisão para perdas em controladas	-	-
Equivalência patrimonial	-	-
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(14.324)	(1.976)
Acréscimo (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.639	9.674
Participação minoritária	-	-
Acréscimo (reversão) de provisão para contingências	1.146	3.285
Acréscimo valores permuta	(403)	535
Perda não realizada em operação de "swap"	11.348	11.265
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida	(7.148)	(15.483)
Variação de ativos e passivos operacionais:	-	-
Contas a receber de clientes	(107.911)	(15.900)
Impostos a recuperar	3.306	5.615
Adiantamento a fornecedores	(4.158)	(4.572)
Depósitos judiciais	50.290	(1.037)
Despesas pagas antecipadamente	4.698	(4.827)
Outras contas a receber	(1.625)	(773)
Outras contas a pagar	(12.550)	4.053
Fornecedores	(12.263)	(18.728)
Salários e encargos sociais	(7.364)	(4.943)
Impostos e contribuições	2.011	1.697
Adiantamentos de clientes	1.668	4.018
Acréscimo de aplicações financeiras	-	(17.000)
Resgate de aplicações financeiras	-	11.935
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(12.289)	10.971
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.211)	(935)
Juros pagos	(10)	(1.145)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(15.510)	8.891
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos-		
Valor pago nas aquisições menos caixa e equivalentes de caixa adquirido		
Imobilizado	(28.123)	(14.256)
Caixa gerado na venda de imobilizado	-	-
Intangível	(10.879)	(9.663)
Redução de investimento (Perdão de dívida)	-	-
Contas a receber (pagar) com partes relacionadas	-	-
Acréscimo de aplicações financeiras	(185.082)	-
Resgate de aplicações financeiras	440.441	10.193
Caixa gerado das (utilizado nas) atividades de investimento	216.357	(13.726)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos bancários	159.723	5.287
Pagamentos de financiamentos bancários (principal)	(373.331)	(484)
Recompra de ações	-	(4.229)
Distribuição de dividendos	-	-
Pagamento de CPMF - REFIS/PAES	(292)	(265)
Caixa gerado das (utilizados nas) atividades de financiamento	(213.900)	309
EFEITO DE VARIAÇÃO CAMBIAL	1.456	784
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.597)	(3.742)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.395	11.373
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.798	7.631
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.597)	(3.742)

Notas Explicativas

UNIVERSO ONLINE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Universo Online S.A., (a “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto fundado em abril de 1996 com sede no município de São Paulo, Brasil, e suas empresas controladas (em conjunto o “Grupo”), têm por objeto social o desenvolvimento de atividades de internet e afins, a comercialização e veiculação de publicidades, a intermediação no comércio de produtos e comercialização de assinaturas por meio eletrônico e a participação em outras empresas comerciais ou civis, cujo objeto social seja relacionado às mesmas atividades, no Brasil e/ou no exterior. A descrição do objeto social de cada controlada está divulgada na nota explicativa nº 4.

Em 14 de dezembro de 2005, o Universo Online S.A. (“Controladora”) foi registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA sob o símbolo UOLL4, integrando também o nível 2 de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das informações financeiras intermediárias

(a) Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Financeira Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Demonstração Financeira Intermediária, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e referendados pela Comissão dos Valores Mobiliários (CVM)

As informações financeiras intermediárias consolidadas devem ser lidas em conjunto com a demonstração financeira anual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como de acordo com o padrão internacional de apresentação das demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Informações financeiras intermediárias individuais

Notas Explicativas

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Financeira Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e referendados pela Comissão dos Valores Mobiliários (CVM).

As informações financeiras intermediárias individuais devem ser lidas em conjunto com a demonstração financeira anual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs),

(c) Aprovação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 10 de maio de 2011, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas informações.

2.2 Consolidação

a) Informações financeiras intermediárias consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*), conforme nota explicativa nº13.

Notas Explicativas

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Informações financeiras intermediárias individuais

Nas informações financeiras intermediárias individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações financeiras intermediárias individuais quanto nas informações financeiras intermediárias consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. Na Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações financeiras intermediárias individuais diferem do IFRS aplicável às informações financeiras intermediárias separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais (TDO). O órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Corporativa responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Devido à estrutura de custos fixos da Companhia, o TDO revisa a informação financeira como um todo (com base em dados consolidados) para avaliar seu desempenho, sendo assim, o Grupo determinou Conteúdo e serviços de internet como um segmento de negócios.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias de cada controlada incluída na consolidação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras intermediárias consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação das informações consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Variação cambial, líquida".

c) Empresas controladas

Notas Explicativas

Os resultados e a posição financeira de cada controlada (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como hedge desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido

Notas Explicativas

designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", conforme notas explicativas nº 7 e nº 5.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), operacionais" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Notas Explicativas

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

Notas Explicativas

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo designa certos derivativos como:

- . hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por hedge.

Os valores justos de vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 24. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

2.7.1 Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco

Notas Explicativas

"hedgado". O Grupo só aplica a contabilização de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva de swaps de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas ou receitas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas ou receitas financeiras".

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 7.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9 Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível", conforme demonstrado na nota explicativa nº15. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O Grupo não reconheceu nenhuma perda no resultado para os períodos apresentados, em função da aplicação dessa prática contábil.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em

Notas Explicativas

uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição e amortizadas pelo prazo de vida útil.

c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- . O software pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Notas Explicativas

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, exceto quanto o imobilizado da controlada DH&C Outsourccing S.A. que está a valor justo, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Em conformidade com o ICPC10, a Companhia realizou em 2010 revisão de vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil atualmente.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:

	Anos
Equipamentos processamento de dados	de 3 a 5
Instalações	10
Maquinas e equipamentos	7
Moveis e utensílios	8
Benfeitorias imóveis de terceiros	4
Equipamentos de voz	10
Veículos	3
Outros	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

De acordo com as outras isenções constantes do CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº 609/09, convergente com o IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatórios financeiros, não se aplicam os efeitos da alocação do custo atribuído ao ativo imobilizado do Grupo, uma vez que, já vinha sendo depreciado com base na vida útil

Notas Explicativas

estimada. Adicionalmente a Administração entende não haver diferenças significativas entre o valor justo e os valores contábeis do ativo imobilizado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. O Grupo não reconheceu nenhuma perda no resultado para os exercícios apresentados, em função da aplicação dessa prática contábil.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, conforme demonstrado na nota explicativa nº16. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras intermediárias. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Notas Explicativas

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.16 Benefícios a empregados

a) Plano de complementação de aposentadoria

A Companhia é co-patrocinadora do plano de benefício pós-emprego, da modalidade contribuição definida. Nesta modalidade os pagamentos efetuados à administradora do plano são reconhecidos no resultado como despesa quando os empregados prestam os serviços que lhe dão direito a estas contribuições. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal, caso o administrador do plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços prestados. A descrição do plano de complementação de aposentadoria está demonstrada na nota explicativa nº 26.

b) Participações nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos lucros. Esta é calculada com conforme o comprimento de metas estipuladas pela Administração da Companhia. A participação nos lucros é destinada a todos os profissionais da Companhia.

2.17 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa controlada compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis

Notas Explicativas

e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as controladas.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

As principais receitas são reconhecidas da seguinte forma:

- (i) Receita de assinaturas: reconhecida linearmente no período em que os serviços são prestados.
- (ii) Receita com publicidade e outros: reconhecida no período de veiculação e/ou da prestação de serviços.

2.19 Transações de permuta

As receitas incluem montantes reconhecidos a partir da troca de serviços ("as transações de permuta"). A maioria das transações de permutas do Grupo envolve serviços de publicidade. O Grupo reconhece uma receita em relação às transações de permuta que envolve serviços de publicidade somente quando os serviços trocados são de natureza diferente e também podem ser confiavelmente mensurados tomando como referência outras transações normais (que não sejam permuta) e que:

- a) Envolvem publicidade similar à publicidade nas transações de permuta.
- b) Ocorrem frequentemente;
- c) Representem um número predominante de transações e quantias quando comparado com todas as operações que proporcionam publicidade semelhantes à publicidade nas operações de permuta.
- d) Envolvem dinheiro e/ou de outra forma de retribuição confiavelmente mensuráveis que tem um justo valor; e
- e) Não implicam a mesma contraparte como nas transações de permutas.

Se os critérios acima descritos são cumpridos, o Grupo reconhece uma receita e como contrapartida reconhece um custo de vendas pelo mesmo montante, registrado ao valor justo com base em transações similares em que haja pagamento em caixa feito ou recebido pelo Grupo.

2.20 Arrendamentos

Notas Explicativas

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.21 Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos, ajustados nos termos do estatuto social, portanto, no encerramento do exercício social a Companhia reconhece um passivo nas demonstrações financeiras equivalente aos dividendos mínimos estatutários.

2.22 Reclassificações

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia revisou os critérios de classificação do resultado com variação cambial e das despesas de depreciação e amortização, cujos reflexos, com relação à apresentação das informações financeiras para o trimestre findo em 31 de março de 2010, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Apresentação original	Apresentação atual	Apresentação original	Apresentação atual
Outras receitas (despesas) operacionais	2.583	(274)	2.256	(295) (i)
Varição cambial, líquida	-	2.857	-	2.551 (i)
Custo dos serviços prestados	(53.751)	(64.583)	(57.755)	(71.531) (ii)
Gerais e administrativas	(27.045)	(30.877)	(40.472)	(45.757) (ii)
Depreciação	(6.499)	-	(10.486)	- (ii)
Amort. intangíveis gerados internamente	(6.375)	-	(6.482)	- (ii)
Amort.outros intangíveis	(1.790)	-	(2.093)	- (ii)

(i) Face a natureza das operações da Companhia e suas controladas o resultado com variação cambial foi reclassificado da rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” para a rubrica “Varição cambial, líquida” sendo esta apresentada dentro do grupo “resultado financeiro”.

Notas Explicativas

(ii) Em função de uma melhor apresentação dos insumos utilizados nas operações da Companhia e suas controladas, parte das despesas de depreciação e amortização anteriormente alocadas na rubrica "Gerais e administrativas" foram reclassificadas para a rubrica "Custo dos serviços prestados".

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- . IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. - A norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo não espera que esta alteração cause impacto em suas informações financeiras intermediárias consolidadas.
- . IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas" - A norma revisada, que esta em consonância com o CPC 05 e deliberação da CVM nº 642/10, simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas informações financeiras intermediárias consolidadas do Grupo.
- . "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". O Grupo não espera que esta alteração cause impacto em suas informações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas

- . "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provitimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provitimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. O Grupo não espera que esta alteração cause impacto em suas informações financeiras intermediárias consolidadas.
- (b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações do Grupo.

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provitimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	<p>O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada.</p> <p>Períodos anteriores não precisam ser rerepresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.</p>	1º de janeiro de 2013

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	<p>(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção</p> <p>Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.</p>	Aplicado prospectivamente.

Notas Explicativas

Norma	Principais exigências	Aplicações
	<p>(b) Base de reavaliação como custo atribuído (<i>deemed cost</i>)</p> <p>Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.</p> <p>(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)</p> <p>As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para <i>impairment</i> de acordo com o IAS 36 na data da transição.</p>	<p>As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.</p> <p>Aplicado prospectivamente.</p>
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	<p>(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.</p> <p>Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 -</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente.</p>

Notas Explicativas

Norma	Principais exigências	Aplicações
	<p>"Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).</p> <p>(b) Mensuração de participações não controladoras</p> <p>A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.</p> <p>(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente</p> <p>A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente, a partir da data em que a entidade aplicar o IFRS 3.</p> <p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.</p>
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.

Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em <i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: <ul style="list-style-type: none"> . circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; . transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; . mudanças na classificação dos ativos financeiros; e . mudanças nos passivos e ativos contingentes. 	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1º de janeiro de 2011

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Notas Explicativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para a próxima informação trimestral, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas apresentadas na nota explicativa nº 15.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

O Grupo usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de instalação infraestrutura fornecidos através da controlada Diveo. O uso do método POC requer que o Grupo estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Permutas

Notas Explicativas

O Grupo utiliza como premissa para o cálculo do valor justo de permutas a tabela de preço negociada para as transações que envolvem caixa.

4. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

<u>Controladas diretas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Tipo de consolidação</u>	<u>Participação no capital social e votante - %</u>	
	<u>ou quotas</u>		<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
	<u>integralizadas em</u>			
	<u>31/03/11</u>			
Boldcron Technologies Com. Serv. Ltda. ("Boldcron")	5.569.956	Integral	100,00	100,00
Colorcube Jogos e Entretenimento Ltda. ("Cube")	24.360	Integral	65,00	65,00
DH&C Outsourccing S.A. ("DH&C")	783.392.092	Integral	100,00	100,00
Net+Phone Telecomunicações Ltda. ("Net+Phone")	6.935.440	Integral	99,99	99,99
Nuggent Hall Ltd. ("Nuggent")	30.013.178	Integral	100,00	100,00
Pagseguro Internet Ltda. ("Pagseguro")	24.439.004	Integral	100,00	100,00
UBN Internet Ltda. ("UBN")	214.380	Integral	99,99	99,99
UNI5 S.A. ("UNI5")	4.613.440	Integral	100,00	100,00
UOL Argentina Holdings S.A. ("UOL-A")	12.818	Integral	83,00	83,00
UOL E-Corp. ("UOL-E")	1.000	Integral	100,00	100,00
UOL Host Tecnologia Ltda. ("Host")	29.936.244	Integral	100,00	100,00
Yutz Participações Ltda. ("Yutz")	1.000	Integral	99,90	99,90
Yourgame Jogos e Entretenimento S.A.	10.000	Integral	75,00	75,00
Zip.Sports Ltda. ("Zip")	200.000	Integral	60,00	60,00

Os resultados das empresas adquiridas foram consolidados nas informações financeiras intermediárias a partir da aquisição do controle, conforme mencionado na nota explicativa nº12.

Nas informações financeiras intermediárias consolidadas foram eliminadas as contas a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas e os investimentos.

- Boldcron Technologies Comércio e Serviços Ltda. ("Boldcron"): tem por objeto social a prestação de serviços de informática e de internet; desenvolvimento, licenciamento e transferência de informações digitalizadas por meio de redes; comércio de softwares e hardwares; e participação em outras empresas. A Companhia adquiriu o controle da Boldcron em 1º de janeiro de 2009.
- Colorcube Jogos e Entretenimento Ltda ("Cube"): tem por objetivo principal o desenvolvimento de software; portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet. A Companhia adquiriu em 27 de agosto de 2010, 65% de suas ações ordinárias.
- DH&C Outsourccing S.A. ("DH&C"): tem por objetivo principal a terceirização de serviços de informática (outsourcing), locação de equipamentos e hospedagem de infraestrutura de equipamentos (hosting), e prestação de serviços de telecomunicações; prestação de serviços de informática e de internet; desenvolvimento, licenciamento e transferência de informações digitalizadas por meio de redes; comércio de softwares e hardwares; e participação em outras

Notas Explicativas

Companhias. A Controladora adquiriu o controle da DH&C em 1º de janeiro de 2009. A DH&C possui investimentos na seguinte controlada:

- Diveo Broadband Networks, Inc. (“DBNI”): com sede na cidade de Delaware, Estados Unidos da América, tem por objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”. Em 31 de março de 2011 a DH&C decidiu pela liquidação do investimento, sendo seu registro feito pelo valor do acervo líquido contábil, não gerando efeitos de ganho ou perda no resultado do período. A DBNI possuía investimentos nas seguintes Companhias:

- i. Diveo, Inc. (“DI”): com sede na cidade de Delaware, Estados Unidos da América, tem por objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”. Em 31 de março de 2011 a DBNI decidiu pela liquidação do investimento, sendo seu registro feito pelo valor do acervo líquido contábil, não gerando efeitos de ganho ou perda no resultado do período. A DI possuía investimentos nas seguintes Companhias:

- a. Diveo USA, Inc. (“DUI”): com sede na cidade de Delaware, Estados Unidos da América, tem por objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”. Em 31 de março de 2011 a DI decidiu pela liquidação do investimento, sendo seu registro feito pelo valor do acervo líquido contábil, não gerando efeitos de ganho ou perda no resultado do período. A DUI possuía investimento na seguinte Companhia:

- Diveo Data Centers (USA), Inc. (“DDCI”): com sede na cidade de Delaware, Estados Unidos da América, tem por objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”. Em 31 de março de 2011 a DUI decidiu pela liquidação do investimento, sendo seu registro feito pelo valor do acervo líquido contábil, não gerando efeitos de ganho ou perda no resultado do período.

- ii. Diveo Brazil, Inc. (“DBI”): com sede na cidade de Delaware, Estados Unidos da América, tem por objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”. Em 31 de março de 2011 a DBNI decidiu pela liquidação do investimento, sendo seu registro feito pelo valor do acervo líquido contábil, não gerando efeitos de ganho ou perda no resultado do período. A DBI possuía investimentos nas seguintes Companhias:

Notas Explicativas

- a. Comutação Digital Ltda. (“CDL”): Com sede na cidade de São Paulo, tem por objeto principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”. A CDL possui investimento nas seguinte Companhia:
 - Diveo do Brasil Telecomunicações Ltda. (“DDBTL”): tem como atividade preponderante a prestação de serviços de telecomunicações e soluções integradas em data center para clientes corporativos. Os principais serviços atualmente oferecidos são direcionados às redes corporativas de telecomunicações e de VPN virtual private network tais como acesso dedicado em banda larga com tecnologia de conexão sem fio à internet (wireless), acesso a internet, serviço de colocação (colocation) e hospedagem (hosting) dedicado em data center, caixa de correio (exchange server), soluções integradas de tecnologia de informação, além do serviço de voz (voice net) para ligações locais, interestaduais e internacionais.
- iii. Diveo Colombia Datacenter, Inc. (“DCDI”): com sede na cidade de Delaware, Estados Unidos da América, tem por objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”. Em 31 de março de 2011 a DBNI decidiu pela liquidação do investimento, sendo seu registro feito pelo valor do acervo líquido contábil, não gerando efeitos de ganho ou perda no resultado do período. A DCDI possui investimento na seguinte Companhia:
 - a. Diveo Colômbia Data Center Ltda. (“DCDI”): Com sede na cidade de Bogota, Colombia, na Zona de Livre Comércio, tem como atividade principal a prestação de serviços de telecomunicações e soluções integradas em data center para clientes corporativos. Os principais serviços atualmente oferecidos são direcionados às redes corporativas de telecomunicações e de VPN (Virtual Private Network), tais como acesso dedicado em banda larga com tecnologia de conexão sem fio à internet (wireless), acesso a internet, serviço de colocação (colocation), hospedagem (hosting) dedicado em data center e caixa de correio (exchange server).
- iv. Diveo Colombia Minority Holder LLC (“DCMHLLC”): com sede no cidade de Delaware, Estados Unidos da América, tem por objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como

Notas Explicativas

“holding”. Em 31 de março de 2011 a DBNI decidiu pela liquidação do investimento, sendo seu registro feito pelo valor do acervo líquido contábil, não gerando efeitos de ganho ou perda no resultado do período. A DCMHLLC possuía investimentos na seguinte Companhia:

a. Diveo Colombia, Inc. (“DCI”): com sede na cidade de Delaware, Estados Unidos da América, tem por objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”. Em 31 de março de 2011 a DCMHLLC decidiu pela liquidação do investimento, sendo seu registro feito pelo valor do acervo líquido contábil, não gerando efeitos de ganho ou perda no resultado do período. A DCI possuía investimento na seguinte Companhia:

- Diveo de Colombia Ltda. (“DDCL”): Com sede na cidade de Bogota, Colombia, tem como atividade preponderante a prestação de serviços de telecomunicações e soluções integradas para clientes corporativos. Os principais serviços atualmente oferecidos são direcionados às redes corporativas de telecomunicações e de VPN (Virtual Private Network), tais como acesso dedicado em banda larga com tecnologia de conexão sem fio à internet (wireless), acesso a internet, serviço de colocação (colocation) e hospedagem (hosting) dedicado em data center, caixa de correio (exchange server).

Reestruturação societária

Em 31 de março de 2011 de forma a aumentar a sinergia entre suas atividades e diminuir custos operacionais e administrativos a Diveo Broadband Networks, Inc. efetuou a incorporação das controladas:

- Diveo, Inc.
- Diveo USA, Inc.
- Diveo Brazil, Inc.
- Diveo Colombia Datacenter, Inc.
- Diveo Colombia Minority Holder LLC
- Diveo Colombia, Inc.
- Diveo Datacenter (USA), Inc.

Essas controladas mantinham-se sem operações, atuando apenas como holding das empresas operacionais no Brasil e na Colômbia.

Notas Explicativas

Nesta mesma data a Diveo Broadband Networks, Inc. foi liquidada de acordo com as leis vigentes nos Estados Unidos da América. Os ativos e passivos nela existentes foram transferidos para a sua controladora DH&C, e estão demonstrados conforme quadro a seguir:

Ativo	458.343
Passivo	321.261
Acervo líquido	137.082

- Net+Phone Telecomunicações Ltda. (“Net+Phone”): tem como objetivo principal a prestação de serviços de telecomunicações em geral e serviços de assistência técnica, administrativa, organizacional, de vendas e de consultoria ligados à área, além de atividades de estudo e pesquisa, visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações.
- Nuggent Hall Ltd. (“Nuggent”): com sede na cidade de Road Town, território das Ilhas Virgens Britânicas, tem como objetivo principal a participação em outras Companhias, na qualidade de sócia, acionista ou quotista atuando como “holding”.
- Pageseguro Internet Ltda. (“Pageseguro”): tem por objetivo principal a intermediação no comércio de produtos e serviços e comercialização de assinaturas por meio eletrônico; a prestação de serviços ligados ou pertinentes à Internet, extranet, banner, exploração comercial de websites e hospedagem de websites; e a participação em outras empresas.
- UBN Internet Ltda.(“UBN”): tem por objeto social a prestação de serviços ligados ou pertinentes à internet, por meio de quaisquer protocolos, plataformas ou tecnologias disponíveis ou que venham a ser criados no futuro; gerenciamento de rede de telecomunicações para tráfego de dados, áudio, vídeo e voz, visando à conexão de outras Companhias; participação em outras Companhias, empresárias ou não e exploração de locação de imóveis próprios a terceiros, para fins residenciais e/ou comerciais. A UBN possui investimentos nas seguintes controladas:
 - CLR Internet Ltda: empresa constituída em 2009, tem por objetivo principal a prestação de serviços de telemarketing ativo e receptivo e demais serviços relacionados a operações de centrais de atendimento com o cliente (*call center*). Em 31 de março de 2011 o seu capital social é de R\$1 representado por 1.000 quotas e apresenta um passivo a descoberto de R\$167 (em 31 de dezembro de 2010 o capital social era de R\$1 representado por 1.000 quotas e apresenta um passivo a descoberto de R\$53). A UBN detém 999 (999 quotas em 31 de dezembro de 2010) quotas que representam 99,99% do seu capital social.
 - MI Comunicação Ltda: tem por objetivo principal a prestação de serviços ligados ou pertinentes à Internet, extranet, banner, exploração comercial de websites e hospedagem de websites. Em 31 de março de 2011 o seu capital social é de R\$764 representado por 764.000 quotas e apresenta um patrimônio líquido de R\$965 (em 31 de dezembro de 2010 o capital social era de R\$764 representado por 764.000 quotas e apresenta um patrimônio

Notas Explicativas

líquido de R\$734). A UBN detém 763.999 quotas (763.999 quotas em 31 de dezembro de 2010), que representam 99,99% do seu capital social.

- SPN Participações e Empreendimentos de Internet Ltda.: tem por objetivo principal a prestação de serviços ligados ou pertinentes à Internet, extranet, banner, exploração comercial de websites e hospedagem de websites. Em 31 de março de 2011 o seu capital social é de R\$390 representado por 390.000 quotas e apresenta passivo a descoberto de R\$4.156 (em 31 de dezembro de 2010 o capital social era de R\$390 representado por 390.000 quotas e apresenta passivo a descoberto de R\$3.697). A UBN detém 389.999 quotas (389.999 quotas em 2010) que representam 99,99% do seu capital social.
- UNI5 S.A. (“UNI5”): tem por objetivo principal pesquisa, desenvolvimento e licenciamento de software; prestação de serviços de consultoria, treinamento e afins na área de informática; provimento de serviços na internet; comercialização de espaços publicitários; e a participação em outras Companhias. A Controladora adquiriu o controle da UNI5 em 1º de outubro de 2009.
- UOL Argentina Holdings S.A. (“UOL-A”): com sede na cidade de Buenos Aires na Argentina, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades de internet e afins e a participação em outras Companhias comerciais ou civis, cujo objeto social seja relacionado às mesmas atividades. A UOL-A possui investimentos nas seguintes controladas:
- UOL E-Corp. (“UOL-E”): com sede na cidade de Miami nos Estados Unidos da América, tem a finalidade de negociar contratos de vendas globais de propaganda da Companhia para os países da América Latina, o Canadá e os Estados Unidos da América.
- UOL Host Tecnologia Ltda. (“Host”): tem por objetivo principal a locação de equipamentos e hospedagem de infraestrutura em data-center (hosting); terceirização de serviços de informática (outsourcing); prestação de serviços de telecomunicações; prestação de serviços de informática e de internet; desenvolvimento, licenciamento e transferência de informações digitalizadas por meio de redes; comércio de softwares e hardwares; administração de bancos de dados próprios e/ou de terceiros; e participação em outras sociedades. A Companhia adquiriu o controle do Host em 22 de julho de 2010, que anteriormente era denominada Otago Participações Ltda.
- Yourgame Jogos e Entretenimento S.A (“Your”): empresa constituída em 13 de outubro de 2010, tem por objetivo principal aquisição, desenvolvimento, produção, customização, representação e venda de software, cd, e outros artigos congêneres por meio eletrônico; comercialização e veiculação de publicidades, a intermediação no comércio de produtos e serviços e comercialização de assinaturas por meio eletrônico; prestação de serviços ligados ou pertinentes a informática, à internet, extranet, banners, exploração comercial de websites, comércio de software e hardware e desenvolvimento de comércio eletrônico. A Companhia detém 65% de suas ações ordinárias.

Notas Explicativas

- Yutz Participações Ltda. (“Yutz”) tem por objeto social a prestação de serviços de informática e de internet; o desenvolvimento, o licenciamento e a transferência de informações digitalizadas por meio de redes; o comércio de softwares e hardwares e o desenvolvimento de comércio eletrônico; e a participação em outras empresas.
- Zip.Sports Ltda. (“Zip”) tem por objeto social a prestação de serviços de informática e de internet; desenvolvimento, licenciamento e transferência de informações digitalizadas por meio de redes; comércio de softwares e hardwares e desenvolvimento de comércio eletrônico; criação, administração e exploração de um portal na internet dedicado à divulgação de atividades e informações esportivas e/ou relacionadas a esportes; e participação em outras empresas.

Não há avais, garantias, fianças, hipotecas nem penhor concedidos pela Companhia em favor das controladas, com exceção da mencionada nas notas explicativas nº 6, item (g) e nº 16, item (iii).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Caixa e equivalentes de caixa	3.509	4.300	19.798	31.396

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Mantido até o vencimento				
Título do Reino da Noruega (a)	-	377.935	-	377.935
	-	377.935	-	377.935
Títulos para negociação				
Título de renda fixa (b)	80.430	19.734	82.384	21.640
Debêntures (c)	113.338	26.750	113.338	26.750
Depósito em garantia (e)	-	-	8.958	-
	193.768	46.484	204.680	48.390
Circulante	193.768	424.419	204.680	426.325
Título para negociação				
Aplicação em garantia (d)	-	-	1.591	1.549
Depósito em garantia (e)	-	-	-	9.164
Não Circulante			1.591	10.713

Notas Explicativas

- (a) Aplicação financeira no exterior com remuneração de 100,00% do CDI e juros de 6,16% , sujeito a perda com desvalorização cambial do dólar. Referida aplicação foi resgatada em 21 de janeiro de 2011 para liquidação de empréstimo no exterior.
- (b) Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com remuneração entre 95,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (c) Aplicações em Debêntures com remuneração de 101,00% a 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (d) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de CDB. Prazo de vencimento em julho de 15 vinculado a uma carta de fiança no valor de R\$ 2.382. Rendimento pré fixado 101,00% CDI..
- (e) Depósito efetuado no Banco de Bogota em garantia a empréstimo concedido a Colombia (B2B) - Libor + 1%. Vencimento em março 2012.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Assinaturas	82.335	73.441	82.334	73.441
Publicidade e outras	<u>159.679</u>	<u>73.034</u>	<u>235.677</u>	<u>154.036</u>
	242.014	146.475	318.011	227.477
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(29.820)</u>	<u>(30.568)</u>	<u>(42.228)</u>	<u>(42.732)</u>
Circulante	<u>212.194</u>	<u>115.907</u>	<u>275.783</u>	<u>184.745</u>

A exposição máxima ao risco de crédito do Grupo é o valor justo das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, o Grupo adota como prática a análise das modalidades de cobrança (assinatura, publicidade, permuta e outros), considerando a média histórica de perdas, o acompanhamento periódico da Administração, no que tange à situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. As análises são baseadas na média móvel ponderada, desvio padrão, variância e fator de risco, refletindo a sazonalidades e variações da carteira de clientes e seus respectivos meios de pagamentos. Para o restante da carteira o que não foi provisionado, referem-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes seriam não realizáveis.

Em 28 de dezembro de 2010 a Companhia e sua controlada PagSeguro efetuaram a antecipação de recebíveis de cartões de crédito no montante de R\$ 95.625. Os encargos financeiros da referida antecipação montam a R\$ 2.082 e são apropriados ao resultado, na rubrica “Despesas financeiras”, de acordo com o vencimento original dos recebíveis.

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Saldo no início do trimestre/exercício	(30.568)	(28.963)	(42.732)	(35.491)
Créditos provisionados no exercício	(23.785)	(99.771)	(32.011)	(108.778)
Créditos recuperados no exercício	9.360	41.606	14.967	43.410
Créditos baixados definitivamente da posição	15.173	56.560	17.548	58.127
Saldo no final do trimestre/exercício	<u>(29.820)</u>	<u>(30.568)</u>	<u>(42.228)</u>	<u>(42.732)</u>

As contas a receber de clientes por idade de vencimento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
A vencer	195.584	98.425	247.104	155.087
Vencidas até 30 dias	17.907	18.217	23.327	25.452
Vencidas de 31 a 60 dias	8.574	9.941	12.469	13.235
Vencidas de 61 a 90 dias	5.785	3.739	8.654	6.461
Vencidas de 91 a 180 dias	10.400	9.014	14.772	11.965
Vencidas acima de 180 dias	3.764	7.139	11.685	15.277
Total das contas a receber	<u>242.014</u>	<u>146.475</u>	<u>318.011</u>	<u>227.477</u>

Em 31 de março de 2011, o montante de R\$32.117 das contas a receber de clientes (R\$32.052 em 31 de dezembro de 2010), encontram-se vencido, mas não provisionadas, por se tratar de uma carteira de clientes pulverizada e com características basicamente de varejo (assinaturas) e, conforme mencionado anteriormente, com perspectivas de realização.

As contas a receber individualmente provisionadas, referem-se principalmente a uma carteira com característica de varejo e uma parcela referente a clientes de publicidade e outros produtos, cujos critérios utilizados estão mencionados anteriormente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa por empresa está assim demonstrada:

	31/03/11	31/12/10
Universe Online S.A	29.820	30.568
Host Tecnologia Ltda	7.887	6.741
UOL E-Corp.	2.759	2.822
Diveo Broadband Networks, Inc	1.081	2.254
DH&C Outsourccing S.A.	564	275
Boldcron Technologies Comércio e Serviços Ltda.	80	72
UNI5 S.A.	37	-
	<u>42.228</u>	<u>42.732</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Imposto de renda e contribuição social antecipados	11.291	10.164	16.058	12.249
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	-	-	2.457	3.224
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	86	-	1.900	1.709
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - aplicações financeiras	368	4.631	438	4.706
Outros	85	189	1.878	1.626
Circulante	<u>11.830</u>	<u>14.984</u>	<u>22.731</u>	<u>23.514</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Grupo mantém depósitos judiciais, corrigidos monetariamente pelas taxas oficiais, relacionados a discussões de esfera tributária, trabalhista e cível, demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Tributárias	<u>1.059</u>	<u>1.244</u>	<u>1.059</u>	<u>1.244</u>
Ativo circulante	<u>1.059</u>	<u>1.244</u>	<u>1.059</u>	<u>1.244</u>
Trabalhistas	9.317	9.074	9.335	9.074
Tributárias	7.913	59.671	7.988	59.744
Cíveis	<u>2.002</u>	<u>1.963</u>	<u>2.042</u>	<u>2.002</u>
Ativo não circulante	<u>19.232</u>	<u>70.708</u>	<u>19.365</u>	<u>70.820</u>

Em 06 de janeiro de 2011 a Companhia foi autorizada a levantar o valor de R\$16.352, bloqueado em sua conta bancária como garantia no curso de Execução Fiscal movida pelo Município de São Paulo e na referida data foi substituído por uma carta de fiança.

Em 1º de fevereiro de 2011 a Companhia foi autorizada a levantar o valor de R\$35.685 depositado nos autos de Medida Cautelar. Referido processo foi instaurado para que as quantias controversas relacionadas ao ICMS supostamente incidentes sobre sua atividade de provimento de acesso (prestações vencidas e vincendas) fossem nele depositados até o pronunciamento definitivo do Poder Judiciário sobre a questão, de forma a suspender a exigibilidade dos respectivos créditos fiscais com relação às obrigações principal e acessória.

Os depósitos judiciais dos processos classificados como perda possível estão assim demonstrados:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Trabalhista	120	272
Circulante	120	272
Trabalhista	822	1.328
Não Circulante	822	1.328

10. IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis foram reconhecidas como diferenças temporárias para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida da despesa ou receita no resultado.

O imposto de renda diferido tem como origem os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias acumuladas até a data do balanço. A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos está suportada por estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração. O registro dos impostos diferidos ocorreu em razão da Controladora ter passado por um processo de reestruturação financeira e organizacional, a saber: (a) capitalização ocorrida durante o exercício de 2005, no montante de R\$260.300, mediante conversão em ações do crédito representado por debêntures conversíveis em favor do acionista Portugal Telecom S.G.P.S. S.A.; e (b) oferta pública inicial e ingresso de recursos relativos à parcela primária dessa operação.

Os itens anteriormente mencionados, aliados às medidas tomadas desde o exercício de 2003, formam o conjunto de ações que desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 vem possibilitando a geração de resultados tributáveis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos somente pela Controladora.

A estimativa de realização do crédito fiscal diferido no ativo e passivo não circulante é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/11		31/12/10		31/03/11		31/12/10	
	Ativos fiscais	Passivos fiscais	Ativos fiscais	Passivos fiscais	Ativos fiscais	Passivos fiscais	Ativos fiscais	Passivos fiscais
2012	14.442	5.843	13.553	5.843	14.442	5.843	13.553	5.843
2013	16.379	515	16.379	515	16.379	515	16.379	515
2014	16.916	512	16.916	512	16.916	512	16.916	512
2015	16.174	507	16.174	507	16.174	507	16.174	507
2016 a 2019	36.165	32.831	35.651	27.913	54.003	32.831	35.651	27.913
Total	100.076	40.208	98.673	35.290	117.914	40.208	98.673	35.290

Notas ExplicativasComposição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Controladora			Consolidado			
	Saldo em 31/12/2010	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/03/2011	Saldo em 31/12/2010	Reclassificaçã	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/03/2011
Ativo:							
Prejuízos fiscais	57.456	744	56.712	57.456		744	56.712
Base negativa de contribuição social	24.903	(820)	25.723	24.903		(820)	25.723
Outras adições temporárias	16.314	(1.326)	17.641	16.314	19.604	440	35.479
	98.673	(1.402)	100.076	98.673	19.604	364	117.914
Passivo:							
Outras exclusões temporárias	35.290	4.918	40.208	35.290		4.918	40.208
Efeito no resultado		3.516				5.282	

Ativos fiscais não reconhecidos

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas da Companhia possuíam os seguintes ativos fiscais não reconhecidos, em conformidade com as práticas contábeis em vigor:

	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
	<u>Ativos</u>	<u>Ativos</u>
	<u>fiscais</u>	<u>fiscais</u>
Controladas no Brasil		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	3.428	3.462
Controladas no exterior		
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	3.316	3.316
	<u>6.744</u>	<u>6.778</u>

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e das bases negativas da contribuição social está limitada a 30% do lucro ajustado para fins fiscais.

Os prejuízos fiscais e base negativa das controladas no Brasil não têm uma data final para expirar. Os prejuízos fiscais das controladas no exterior têm prazo prescricional de 5 anos a contar da data de sua constituição.

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 é a seguinte:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	31.334	26.363	39.991	28.129
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	10.654	8.963	13.597	9.564
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Adições (exclusões) permanentes:				
Participação nos resultados de sócios-dirigentes	307	310	307	310
Brindes e outras despesas indedutíveis	33	104	33	104
Equivalência patrimonial e provisão para perdas em controladas	(2.800)	1.048	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras no exterior não tributadas no país	(1.318)	(4.407)	(1.318)	(4.407)
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	(1.915)	(2.242)	(1.915)	(2.242)
Redução de encargos tributários do REFIS - Lei 11.941/09	-	-	-	-
Baixa de imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Outras adições (exclusões)	1.194	2	4.223	2.200
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício	<u>6.155</u>	<u>3.779</u>	<u>14.927</u>	<u>5.529</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	2.639	5.755	9.645	7.505
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	3.516	(1.976)	5.282	(1.976)

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Controlador da Controladora é a Folhapar S.A., entidade sediada no Brasil.

(i) Saldos e transações com partes relacionadas:

	Controladora									
	31/03/11					31/12/10				
	Circulante		Não circulante			Efeito líquido no resultado	Circulante		Não circulante	
Contas a receber	Fornecedores	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Fornecedores		Contas a receber	Contas a pagar		
Controladas										
Adiantamento para cobertura de despesas:										
Boldcron	-	-	1.591	-	-	-	-	1.538	-	-
CLRI	-	-	234	-	-	-	-	-	-	-
Colorcube	-	-	645	-	-	-	-	400	-	-
DH&C	-	-	2.368	-	-	-	-	-	-	-
DBNI	-	-	-	12.000	-	-	-	-	-	-
Host	-	-	-	14.441	-	-	-	-	8.096	-
Net+Phone	-	-	1.154	-	-	-	-	1.160	-	-
Pagseguro	-	-	-	45.372	-	-	-	-	44.819	-
UBN	-	-	21.486	-	-	-	-	21.111	-	-
SPNI	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Uni5	-	-	-	340	-	-	-	-	270	-
UOL-E	-	-	-	8.573	-	-	-	-	370.022	-
Yourgames	-	-	68	-	-	-	-	-	-	-
Yutz	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
Zip	-	-	3.883	-	-	-	-	3.773	-	-
	-	-	<u>31.431</u>	<u>80.727</u>	-	-	-	<u>27.982</u>	<u>423.208</u>	-
Prestação de serviços:										
Boldcron	-	-	-	-	(83)	-	-	-	-	-
CLRI	-	-	-	-	(31)	-	-	-	-	-
UBN	-	-	-	-	(36)	-	-	-	-	(36)
	-	-	-	-	<u>(150)</u>	-	-	-	-	<u>(36)</u>
Outras partes relacionadas										
Prestação de serviços:										
Banco de Dados de São Paulo Ltda.										
Empresa Folha da Manhã S.A.	893	863	53	-	(2.160)	1.217	769	53	-	(3.357)
Transfolha Transporte e Distribuição Ltda.										
Valor Econômico S.A.	-	-	-	-	(51)	-	48	-	-	(356)
	<u>261</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>303</u>	<u>56</u>	<u>307</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>231</u>
	<u>1.154</u>	<u>871</u>	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>(1.908)</u>	<u>1.273</u>	<u>1.124</u>	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>(3.677)</u>
Total	<u>1.154</u>	<u>871</u>	<u>31.484</u>	<u>80.727</u>	<u>(2.058)</u>	<u>1.273</u>	<u>1.124</u>	<u>28.035</u>	<u>423.208</u>	<u>(3.713)</u>

Notas Explicativas

	Consolidado							
	31/03/11				31/12/10			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Contas a receber	Fornecedores	Contas a receber	Efeito líquido no resultado	Contas a receber	Fornecedores	Contas a receber	Efeito líquido no resultado
Outras partes relacionadas								
Prestação de serviços:								
Banco de Dados de São Paulo Ltda.								
	-	-	-	-	-	-	-	(195)
Empresa Folha da Manhã S.A.	893	863	53	(2.160)	1.217	769	53	(3.357)
Transfolha Transporte e Distribuição Ltda.								
	-	-	-	(51)	-	48	-	(356)
Valor Econômico S.A.	261	8	-	303	56	307	-	231
Total	1.154	871	53	(1.909)	1.273	1.124	53	(3.677)

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, a Controladora registrou despesas referentes à aquisição de serviços de logística para armazenamento e distribuição de seus modens com a Transfolha Transporte e Distribuição Ltda., no montante de R\$51 (R\$356 durante o trimestre findo em 31 de março de 2010).

Durante o trimestre findo em 31 de março 2011, a Controladora registrou despesas referentes a aluguel de imóveis, comunicações e manutenção, entre outros, à Empresa Folha da Manhã S.A., conforme contrato assinado entre as partes, no montante de R\$2.758 (R\$2.518 durante o trimestre findo em 31 de março de 2010). O prazo de término do contrato está previsto para 31 de julho de 2015, sendo reajustado anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV. Na hipótese de ocorrer atrasos no pagamento do aluguel ou qualquer outro encargo da locação, incidirá um acréscimo de 10% (dez por cento), acrescido de juro de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária de acordo com a variação do IGP-M/FGV *pro-rata die*.

Em busca de melhor aproveitamento dos seus recursos disponíveis, a Controladora oferece espaços em sua página na internet (“*website*”) para permuta, tanto para terceiros quanto para partes relacionadas, em condições comerciais equivalentes. A composição da receita e das despesas relacionadas com operações de permuta com partes relacionadas é como segue:

	Controladora e consolidado					
	31/03/11			31/03/10		
	Receita líquida com permutas	Despesas com permutas	Efeito líquido	Receita líquida com permutas	Despesas com permutas	Efeito líquido
Outras partes relacionadas						
Empresa Folha da Manhã S.A.	456	(211)	245	149	(668)	(519)
Valor Econômico S.A.	303	-	303	231	-	231
Total	759	(211)	548	380	(668)	(288)

O prazo de término do contrato de permuta com a Empresa Folha da Manhã S.A. está previsto para 31 de dezembro de 2011. A não observância de qualquer disposição integrante desse contrato sujeitará a parte infratora à suspensão da utilização de seu crédito e ao pagamento de multa, não compensatória, no valor de 20% do valor total do contrato, acrescidos de juro de mora de 1% ao mês.

Notas Explicativas

Algumas controladas da Companhia utilizam-se de serviços administrativos compartilhados, pessoal, recursos tecnológicos e infraestrutura.

(ii) Remuneração dos administradores

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, os honorários dos administradores, no consolidado, foram apropriados ao resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, não superando o limite aprovado pelos acionistas, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Benefícios de curto prazo a administradores	1.819	1.650
Benefícios pós-emprego	<u>69</u>	<u>125</u>
Total	<u><u>1.888</u></u>	<u><u>1.775</u></u>

12. INVESTIMENTOS

Informações das investidas em 31 de março de 2011.

<u>Controladas diretas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do período</u>	<u>Participação no capital social e votante (%)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Constituição de provisão para perdas em operação de controladas</u>	<u>Investimentos (provisão para perdas) em controladas</u>
Boldcron	5.570	4.779	413	100,00	413	-	4.779
Colorcube	24	(628)	278	65,00	-	181	(408)
DH&C	783.392	783.407	(7.613)	100,00	(7.613)	-	783.407
Net+Phone	6.935	(701)	69	99,99	-	69	(701)
Nuggent	75.789	-	-	100,00	-	-	-
Pageseguro	24.439	27.350	-	100,00	-	-	27.350
UBN	214	(1.587)	313	99,99	-	313	(1.587)
UNI5	4.613	4.402	(55)	100,00	(55)	-	4.402
UOL-Host	29.936	33.500	(2.737)	100,00	(2.737)	-	33.500
UOL-A	6	5	-	83,00	-	-	4
UOL-E	16.977	12.278	1.056	100,00	1.056	-	12.278
Your	10	(67)	77	75,00	-	58	(50)
Yutz	1	1	-	99,90	-	-	1
Zip	200	(3.879)	81	60,00	-	81	(3.879)
Total					<u>(8.936)</u>	<u>702</u>	
						Investimentos	865.721
						Ágio gerado na aquisição de investimento	<u>36.714</u>
						Investimentos em empresas controladas	<u><u>902.435</u></u>
						Provisão para perda	<u><u>(6.625)</u></u>

Notas Explicativas

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2010 e do trimestre findo em 31 de março de 2010.

Controladas diretas	Capital	Patrimônio	Lucro	Participação	Equivalência	Reversão	Investimentos
	social	líquido	líquido	no capital	patrimonial	(constituição)	(provisão)
	31/12/10	(passivo a	(prejuízo)	social	31/03/10	de provisão para	para perdas)
		descoberto)	do período	e votante		de controladas	em controladas
		31/12/10	31/03/10	(%)		31/03/10	31/12/10
Boldcron	5.570	2.804	(60)	100,00	(60)	-	2.804
Colorcube	24	(351)	-	65,00	-	-	(228)
DH&C	783.392	760.926	(1.238)	99,90	(1.238)	-	760.926
Net+Phone	6.935	(632)	(254)	100,00	-	(254)	(632)
Nuggent	75.789	-	-	100,00	-	-	-
Pagseguro	24.439	27.348	-	100,00	-	-	27.348
UBN	214	(1.274)	(647)	100,00	-	(647)	(1.274)
UNIS	4.613	4.347	79	100,00	79	-	4.347
UOL-Host	29.936	30.764	-	100,00	-	-	30.764
UOL-A	6	5	95	99,99	80	-	4
UOL-E	16.977	13.615	(966)	99,99	(966)	-	13.615
UOL-BV	-	-	4	100,00	-	4	-
Your	10	10	-	75,00	-	-	10
Yutz	1	1	-	83,00	-	-	1
Zip	200	(3.796)	(80)	100,00	-	(80)	(3.796)
Total					(2.105)	(977)	
						Investimentos	839.819
						Ágio gerado na aquisição de investimento	53.739
						Investimentos em empresas controladas	893.558
						Provisão para perda	(5.930)

13. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

Apresentamos a seguir o custo de aquisição do controle das empresas adquiridas em 2010, mencionadas na nota explicativa 4, bem como a indicação do fundamento econômico que o determinou. Não houve nenhuma aquisição de controle, durante o trimestre findo em 31 de março de 2011.

As aquisições efetivadas durante o ano de 2010 seguiram o direcionamento de negócios da Companhia, assim como a análise dos produtos por elas oferecidos e a carteira de clientes das mesmas.

Aquisições referente o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	Valor dos livros das adquiridas	Ajuste de avaliação	Valor justo nas adquiridas
Os ativos e passivos decorrentes da aquisição, são:			
Caixa e equivalentes de caixa	21.309	-	21.309
Capitais circulantes líquidos, sendo			
Ativos adquiridos	64.915	-	64.915
Passivos assumidos	(99.059)	-	(99.059)
Imobilizados e intangíveis	162.791	28.746	191.537
Empréstimos e financiamentos	(21.186)		(21.186)
Valor dos ativos líquidos	128.770	28.746	157.516
Goodwill	584.728	(28.746)	555.982
Custo de aquisição	713.498		713.498
Contraprestação pela compra liquidada em dinheiro			713.063
Caixa e equivalentes de caixa na controlada adquirida			(21.309)
Valor pago nas aquisições menos caixa e equivalentes de caixa adquirido			691.754

No consolidado, o *goodwill* no montante de R\$555.982 está apresentado no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas

As premissas adotadas para o teste de *impairment* do *goodwill* estão descritas na nota explicativa nº15.

14. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Taxa anual de depreciação - %	31/03/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em operação							
Equipamentos processamento de dados	37	221.302	(186.528)	34.774	218.508	(182.135)	36.373
Instalações	10	63.510	(15.740)	47.770	54.031	(14.394)	39.637
Máquinas e equipamentos	15	60.907	(12.150)	48.757	52.148	(10.945)	41.203
Móveis e utensílios	12	6.483	(3.947)	2.536	6.463	(3.856)	2.607
Benfeitorias imóveis de terceiros	27	5.049	(3.057)	1.992	5.049	(3.003)	2.046
Outros	20	36	(30)	6	36	(30)	6
Leasing financeiro							
Equipamentos de processamento de dados	20	6.426	(6.426)	-	6.426	(6.426)	-
Imobilizado em andamento							
Imobilizado em andamento		89	-	89	89	-	89
Total		<u>363.802</u>	<u>(227.878)</u>	<u>135.924</u>	<u>342.750</u>	<u>(220.789)</u>	<u>121.961</u>

	Consolidado						
	Taxa anual de depreciação - %	31/03/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em operação							
Equipamentos processamento de dados	37	497.767	(374.299)	123.468	491.631	(360.913)	130.718
Instalações	10	312.343	(212.368)	99.975	298.703	(212.240)	86.463
Máquinas e equipamentos	15	69.265	(20.107)	49.158	63.013	(19.710)	43.303
Móveis e utensílios	12	9.207	(6.108)	3.099	9.595	(6.258)	3.337
Terrenos		1.850	-	1.850	1.850	-	1.850
Benfeitorias imóveis de terceiros	27	7.406	(5.066)	2.340	7.407	(5.018)	2.388
Outros	20	79	(31)	48	67	(31)	36
Equipamentos de Voz	20	4.737	(1.350)	3.387	4.669	(1.127)	3.542
Veículos	40	34	(26)	8	34	(24)	10
Leasing financeiro	10						
Equipamentos de Voz		2.175	(1.528)	647	2.175	(1.455)	719
Equipamentos de processamento de dados		69.735	(51.549)	18.186	68.960	(49.590)	19.370
Instalações		13.358	(6.699)	6.659	13.358	(6.148)	7.210
Máquinas e equipamentos		123	(65)	58	123	(57)	66
Imobilizado em andamento							
Imobilizado em andamento		416	-	416	416	-	416
Total		<u>988.495</u>	<u>(679.196)</u>	<u>309.297</u>	<u>962.001</u>	<u>(662.573)</u>	<u>299.428</u>

Movimentação do imobilizado

Notas Explicativas

	Controladora							Total	
	Equipamentos processamento de dados	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias imóveis de terceiros	Outros	Leasing Equipamentos de processamento de dados		Imobilizado em andamento
Em 31 de dezembro de 2010									
Custo	218.508	54.031	52.148	6.463	5.049	36	6.426	89	342.750
Depreciação acumulada	(182.135)	(14.394)	(10.945)	(3.856)	(3.003)	(30)	(6.426)	-	(220.789)
Saldo contábil, líquido	36.373	39.637	41.203	2.607	2.046	6	-	89	121.961
Em 31 de março de 2011									
Saldo inicial	36.373	39.637	41.203	2.607	2.046	6	-	89	121.961
Custo	2.794	9.479	8.759	20	-	-	-	-	21.052
Adições	2.794	9.479	8.759	20	-	-	-	-	21.052
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(4.393)	(1.346)	(1.205)	(91)	(54)	-	-	-	(7.089)
Adições	(5.843)	(1.349)	(1.209)	(99)	(56)	-	-	-	(8.556)
Baixas	1.450	3	4	8	2	-	-	-	1.467
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	34.774	47.770	48.757	2.536	1.992	6	-	89	135.924
Em 31 de março de 2011									
Custo	221.302	63.510	60.907	6.483	5.049	36	6.426	89	363.802
Depreciação acumulada	(186.528)	(15.740)	(12.150)	(3.947)	(3.057)	(30)	(6.426)	-	(227.878)
Saldo contábil, líquido	34.774	47.770	48.757	2.536	1.992	6	-	89	135.924

Notas Explicativas

	Consolidado																		
	Equipamentos processamento de dados	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Beneficiárias inóveis de terceiros	Outros	Equipamentos de voz		Veículos	Leasing		Leasing Equipamentos de processamento de dados	Leasing		Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total	
								Equipamentos de voz	Equipamentos de voz		Instalações	Leasing							
Em 31 de dezembro de 2010																			
Custo	491.631	298.703	63.013	9.595	1.850	7.407	67	4.669	34	2.175	68.960	13.358	123	416	962.001				
Depreciação acumulada	(560.913)	(212.240)	(19.710)	(6.258)	-	(5.018)	(31)	(1.127)	(24)	(1.456)	(49.590)	(6.148)	(57)	-	(662.573)				
Saldo contábil, líquido	130.718	86.463	43.303	3.337	1.850	2.389	36	3.542	10	719	19.370	7.210	66	416	299.428				
Em 31 de março de 2011																			
Saldo inicial	130.718	86.463	43.303	3.337	1.850	2.389	36	3.542	10	719	19.370	7.210	66	416	299.428				
Diferenças cambiais	(588)	(67)	(203)	(94)	-	(49)	-	116	-	-	-	-	-	-	(885)				
Custo	7.313	13.743	6.535	(371)	-	49	12	(8)	-	775	775	-	-	-	28.048				
Adições	8.948	14.451	8.883	39	-	49	12	41	-	-	775	-	-	-	33.198				
Baixas	(1.664)	(661)	(2.424)	(410)	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	(5.150)				
Transferências	29	(47)	76	-	-	-	-	(58)	-	-	-	-	-	-	-				
Depreciação	(13.975)	(164)	(477)	227	-	(50)	-	(263)	(2)	(72)	(1.959)	(551)	(8)	-	(17.294)				
Adições	(15.854)	(4.425)	(1.319)	(136)	-	(83)	-	(120)	(2)	(72)	(1.693)	(551)	(8)	-	(24.263)				
Baixas	1.692	5.259	4	9	-	2	-	3	-	-	-	-	-	-	6.969				
Transferências	187	(998)	838	354	-	31	-	(146)	-	-	(266)	-	-	-	-				
Saldo contábil, líquido	123.468	99.975	49.158	3.099	1.850	2.340	48	3.387	8	647	18.186	6.659	58	416	309.297				
Em 31 de março de 2011																			
Custo	497.767	312.343	69.265	9.207	1.850	7.406	79	4.737	34	2.175	69.735	13.358	123	416	988.495				
Depreciação acumulada	(374.299)	(212.368)	(20.107)	(6.108)	-	(5.066)	(31)	(1.350)	(26)	(1.528)	(51.549)	(6.699)	(65)	-	(679.198)				
Saldo contábil, líquido	123.468	99.975	49.158	3.099	1.850	2.340	48	3.387	8	647	18.186	6.659	58	416	309.297				

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, os bens oferecidos em penhora nas ações judiciais totalizam R\$63 (R\$107 em 31 de dezembro de 2010), líquidos da depreciação acumulada.

Adicionalmente, em 31 de março de 2011 o Grupo possui contratos de equipamentos de voz, equipamentos de processamento de dados, instalações e máquinas e equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro no montante de R\$19.690, líquido da depreciação acumulada (R\$27.365 em 31 de dezembro de 2010).

15. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Controladora					
		31/03/11			31/12/10		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em operação							
Ativos intangíveis							
Gastos com software e tecnologia	33	126.840	(80.549)	46.292	119.801	(72.938)	46.863
Direito de uso de software	20	72.967	(59.785)	13.182	71.637	(58.506)	13.131
Carteira de Clientes	18	31	-	31	-	-	-
Marcas e patentes		2.607	-	2.607	2.554	-	2.554
Intangível em andamento							
Outros ativos intangíveis							
Direito de uso de softwares		184	-	184	184	-	184
Total		<u>202.629</u>	<u>(140.334)</u>	<u>62.296</u>	<u>194.176</u>	<u>(131.444)</u>	<u>62.732</u>

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado					
		31/03/11			31/12/10		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em operação							
Ativos intangíveis							
Gastos com software e tecnologia	33	144.120	(84.929)	59.191	135.383	(76.126)	59.257
Direito de uso de software	20	91.611	(66.717)	24.894	89.890	(64.622)	25.268
Direito de Radio Frequencia	14	3.156	(1.772)	1.384	12.979	(11.722)	1.257
Direito de uso de Friba - IRU	10	5.067	(798)	4.269	5.127	(709)	4.418
Carteira de Clientes	18	32.291	(13.606)	18.685	32.260	(12.095)	20.165
Não Competição	18	2.007	(802)	1.205	2.007	(802)	1.205
Marcas e patentes		31.632	-	31.632	31.579	-	31.579
Goodwill		591.383	-	591.383	612.481	-	612.481
Intangível em andamento							
Outros ativos intangíveis							
Direito de uso de software		184	-	184	184	-	184
Total		<u>901.451</u>	<u>(168.624)</u>	<u>732.827</u>	<u>921.890</u>	<u>(166.076)</u>	<u>755.814</u>

Notas Explicativas

Movimentação do intangível

	Controladora				Intangível em andamento	
	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Carteira de Clientes	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Total
Em 31 de dezembro de 2010						
Custo	119.801	71.637	-	2.554	184	194.176
Amortização acumulada	(72.938)	(58.506)	-	-	-	(131.444)
Saldo contábil, líquido	46.863	13.131	-	2.554	184	62.732
Em 31 de Março de 2011						
Saldo inicial	46.863	13.131	-	2.554	184	62.732
Custo	7.039	1.330	31	53	-	8.453
Adições	7.039	1.330	31	53	-	8.453
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	(7.610)	(1.279)	-	-	-	(8.889)
Adições	(8.064)	(1.375)	(671)	-	-	(10.110)
Baixas	454	96	671	-	-	1.221
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	46.292	13.182	31	2.607	184	62.296
Em 31 de Março de 2011						
Custo	126.840	72.967	31	2.607	184	202.629
Amortização acumulada	(80.549)	(59.785)	-	-	-	(140.334)
Saldo contábil, líquido	46.292	13.182	31	2.607	184	62.296

	Consolidado								Intangível em andamento	
	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Direito de Radio Frequencia	Direito de uso de Friba	Carteira de Clientes	Não Competição	Marcas e patentes	Goodwill	Direito de uso de software	Total
Em 31 de dezembro de 2010										
Custo	135.383	89.890	12.979	5.127	32.260	2.007	31.579	612.481	184	921.890
Amortização acumulada	(76.126)	(64.622)	(11.722)	(709)	(12.095)	(802)	-	-	-	(166.076)
Saldo contábil, líquido	59.257	25.268	1.257	4.418	20.165	1.205	31.579	612.481	184	755.814
Em 31 de Março de 2011										
Saldo inicial	59.257	25.268	1.257	4.418	20.165	1.205	31.579	612.481	184	755.814
Diferenças cambiais	(2)	42	(1)	117	-	-	-	-	-	-
Bens Adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	8.739	1.733	(9.576)	-	31	-	53	(21.098)	-	(20.118)
Adições	8.810	1.797	188	-	31	-	53	-	-	10.879
Baixas	(71)	(64)	(9.764)	-	-	-	-	(21.098)	-	(30.997)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(8.803)	(2.149)	9.704	(266)	(1.511)	-	-	-	-	(3.025)
Adições	(9.259)	(2.257)	(60)	(266)	(2.182)	-	-	-	-	(14.024)
Baixas	456	108	9.764	-	671	-	-	-	-	10.999
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	59.191	24.894	1.384	4.269	18.685	1.205	31.632	591.383	184	732.827
Em 31 de Março de 2011										
Custo	144.120	91.611	3.156	5.067	32.291	2.007	31.632	591.383	184	901.451
Amortização acumulada	(84.929)	(66.717)	(1.772)	(798)	(13.606)	(802)	-	-	-	(168.624)
Saldo contábil, líquido	59.191	24.894	1.384	4.269	18.685	1.205	31.632	591.383	184	732.827

Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos

O Grupo avaliou a recuperação do valor contábil do goodwill utilizando o conceito do valor em uso, através da metodologia do fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda dos seus serviços. O processo de determinação

Notas Explicativas

do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, investimentos e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base no custo médio ponderado de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de cinco anos para 2010 foi de 9,80% a.a. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa de desconto para 2010 de 9,70% a.a, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue: (i) Receitas: as receitas foram projetadas para as aquisições ocorridas em 2010, entre 2011 e 2021, considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa; (ii) Custos e despesas operacionais: os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico do Grupo, bem como com o crescimento histórico das receitas; (iii) Investimentos de capital: os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas-chave são com base no desempenho histórico do Grupo e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis do Grupo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor em uso excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos registrados de empréstimos e financiamentos do Grupo nas informações financeiras intermediárias estão demonstrados conforme segue:

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos	Vencimento até	Controladora		Consolidado	
			31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Moeda nacional						
FINEP (i)	4,25% e 4% a.a	abril de 2017 e novembro de 2018	12.331	12.341	12.331	12.341
FINAME (ii)	4,50% a.a.	novembro de 2014 e abril de 2015	518	192	518	192
BNDES (iii)	TJLP + 1% a.a	setembro de 2013	-	-	1.511	1.515
Leasing (iv)	10,28% à 17,45% a.a	novembro de 2013	-	-	6.017	7.396
Empréstimo CDI Banco ABC S.A	17,45% a.a	janeiro de 2013	-	-	1.028	830
Moeda estrangeira						
Empréstimo US\$ (v) Banco Bradesco S.A	2,5% a.a	janeiro de 2011	-	-	-	361.637
Empréstimo US\$ (v) Banco Itáú S.A	2,325% e 2,340% a.a	abril de 2011 e setembro de 2011	174.145	107.961	174.145	107.961
Empréstimo US\$ (v) Banco Bradesco	2,3205% a.a	março de 2012	79.487	-	79.487	-
Empréstimo Banco Bogota	Libor + 1,5%	março de 2012	-	-	8.958	-
Circulante			<u>266.482</u>	<u>120.494</u>	<u>283.996</u>	<u>491.872</u>
Moeda nacional						
FINEP (i)	4,25% e 4% a.a	abril de 2017 e novembro de 2018	71.074	74.118	71.074	74.118
FINAME (ii)	4,50% a.a.	novembro de 2014 e abril de 2015	5.509	5.464	5.509	5.464
BNDES (iii)	TJLP + 1% a.a	setembro de 2013	-	-	2.269	3.025
Leasing (iv)	10,28% à 17,45% a.a	novembro de 2013	-	-	7.370	8.636
Empréstimo CDI Banco ABC S.A	17,45% a.a	janeiro de 2013	-	-	988	3.152
Não circulante			<u>76.584</u>	<u>79.582</u>	<u>87.211</u>	<u>94.395</u>

O cronograma de pagamentos dos empréstimos e financiamentos do montante registrado no passivo não circulante, em 31 de março de 2011, é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	11.478	14.950
2013	15.532	22.687
2014	15.382	15.382
2015	13.766	13.766
2016	13.536	13.536
2017	5.418	5.418
2018	1.358	1.358
2019	114	114
	<u>76.584</u>	<u>87.211</u>

(i) FINEP

Em 27 de novembro de 2008, a Companhia firmou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para a abertura de crédito destinado ao financiamento para custear parcialmente despesas incorridas na elaboração do Projeto “Laboratório de Criação de Produtos para o Mundo Virtual”. O montante total do financiamento, previsto no contrato firmado entre as partes, é de R\$81.876, distribuído em cinco liberações. A Companhia já recebeu as cinco liberações, nos valores de R\$17.369, R\$18.344, R\$15.388, R\$15.388 e 15.387 em 10 e 19 de dezembro de 2008, 1º de julho de 2009, 15 e 30 de dezembro de 2009 com complemento em 7 de janeiro de 2010 e 12 de agosto com complemento em 28 de setembro 2010, respectivamente. O saldo devedor será pago à FINEP em 81 parcelas mensais e sucessivas. O vencimento da primeira parcela do principal ocorreu em 15 de agosto de 2010 e o da última será em 15 de abril de 2017. Os juros incorridos deverão ser pagos mensalmente desde a data da assinatura do contrato de financiamento.

Notas Explicativas

O custo global do projeto supracitado é de R\$90.983, portanto, o total do financiamento representa aproximadamente 90% desse montante. Os demais R\$9.107 deverão ser disponibilizados pela Companhia com recursos próprios, e um demonstrativo da utilização desses recursos deverá ser apresentado à FINEP para a liberação das parcelas remanescentes.

Em 16 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para a abertura de crédito destinado ao financiamento para custear parcialmente despesas incorridas na elaboração do Projeto “Plataformas para Inclusão Digital e Facilitação de Negócios para Micro e Pequenas Empresas”. O montante total do financiamento, previsto no contrato firmado entre as partes, é de R\$80.000, distribuído em cinco liberações. A Companhia já recebeu duas liberações, nos montantes de R\$5.050 em 9 de setembro de 2010 e R\$4.119 em 09 de novembro de 2010. As outras liberações estão previstas para as seguintes datas: R\$ 29.136 em Maio de 2011, R\$22.561 em Janeiro de 2012 e R\$19.134 em Agosto de 2012. O saldo devedor será pago à FINEP em 81 parcelas mensais e sucessivas. O vencimento da primeira parcela do principal ocorrerá em 15 de março de 2012 e o da última será em 15 de novembro de 2018. Os juros incorridos deverão ser pagos mensalmente desde a data da liberação da primeira parcela do contrato de financiamento.

O custo global do projeto supracitado é de R\$121.653, portanto, o total do financiamento representa aproximadamente 66% desse montante. Os demais R\$41.653 deverão ser disponibilizados pela Companhia com recursos próprios, e um demonstrativo da utilização desses recursos deverá ser apresentado à FINEP para a liberação das parcelas remanescentes.

Adicionalmente, os referidos contratos de empréstimos contêm cláusulas restritivas (“covenants”) não financeiros. Em 31 de março de 2011, a Companhia estava cumprindo com todos os requisitos vigentes.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, a Companhia assegura à FINEP como garantia bloqueio de duas contas correntes no montante de R\$ 114.653 em 31 de março de 2011 (R\$ 33.652 em 31 de dezembro de 2010), que somente ocorrerá em decorrência do não cumprimento de suas obrigações previstas em contrato.

(ii) FINAME

Em 2009 e 2010, a Companhia firmou contratos com a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME para financiamentos de investimentos em equipamentos nacionais sendo os juros devidos desde a data da liberação dos recursos. Os dados das operações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Data do contrato</u>	<u>Agente Financeiro</u>	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Valor Total</u>	<u>Valor liberado</u>	<u>Data de Liberação</u>	<u>Vencimento</u>
17/09/2009	Banco Itaú BBA S.A	36	1.460	1.460	17/08/2010	15/10/2014
16/10/2009	Banco Itaú BBA S.A	36	1.497	1.497	07/05/2010	17/11/2014
16/10/2009	Banco Itaú BBA S.A	36	965	965	28/06/2010	17/11/2014
09/04/2010	Banco Votorantim S.A	36	8.060	1.734	24/09/2010	15/04/2015
09/04/2010	Banco Votorantim S.A	36	302	302	28/01/2011	15/04/2015
09/04/2010	Banco Votorantim S.A	36	70	70	22/02/2011	15/04/2015

(iii) BNDES

Em 28 de agosto de 2007, a controlada direta DH&C, firmou contrato com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para a abertura de crédito destinado ao financiamento de investimentos em infraestrutura, equipamentos nacionais, treinamento e qualidade, serviços e consultoria. O montante total do financiamento, previsto no contrato firmado entre as partes, é de R\$6.000, distribuído em duas liberações recebidas durante os exercícios de 2007 e 2008. Os juros são devidos desde a data da liberação dos recursos.

O saldo devedor será pago ao BNDES em 48 parcelas mensais e sucessivas. O vencimento da primeira parcela do principal ocorreu em 15 de outubro de 2009 e o da última ocorrerá em 15 de setembro de 2013. Os juros incorridos deverão ser pagos trimestralmente até o final do período de carência, e mensalmente a partir do primeiro vencimento da parcela do principal.

Em 17 de fevereiro de 2009, a controlada direta DH&C, firmou contrato com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para a abertura de crédito destinado ao financiamento de investimentos em infraestrutura, equipamentos nacionais, treinamento e qualidade, serviços e consultoria. O montante total do financiamento, previsto no contrato firmado entre as partes, é de R\$4.000. Os juros são devidos a partir da data da liberação dos recursos, que até 31 de março de 2011 não havia ocorrido.

O saldo devedor será pago ao BNDES em 48 parcelas mensais e sucessivas. O vencimento da primeira parcela do principal ocorrerá em 15 de abril de 2011 e o da última será em 15 de março de 2015. Os juros incorridos deverão ser pagos trimestralmente até o final do período de carência, e mensalmente à partir do primeiro vencimento da parcela do principal.

A Companhia é avalista desses empréstimos.

Adicionalmente, os referidos contratos de empréstimo contêm cláusulas restritivas (“covenants”) não financeiros. Em 31 de março de 2011, a DH&C cumpriu com todos os requisitos vigentes.

(iv) Financiamento de Leasing

A controlada direta DH&C firmou contratos com diversas instituições financeiras

Notas Explicativas

nacionais, na modalidade *leasing* financeiro , com a finalidade de adquirir de seus fornecedores equipamentos de tecnologia para renovar e ampliar a base tecnológica instalada de seus Data Centers.

As garantias oferecidas nestas operações são os próprios bens adquiridos que, em 31 de março de 2011 estão registrados no ativo imobilizado por R\$58 (R\$66 em 31 de dezembro de 2010), líquido da depreciação acumulada.

Adicionalmente, os referidos contratos de empréstimo contêm cláusulas restritivas (“covenants”) não financeiros. Em 31 de março de 2011, a DH&C estava cumprindo com todos os requisitos vigentes.

A controlada DBNI adquiriu equipamentos de infra-estrutura de rede e processamentos de dados por meio de contratos de arrendamento mercantil para atendimento de novos contratos firmados com clientes e também visando atualização dos equipamentos de rede.

A controlada mantém registrado em seu ativo imobilizado equipamentos utilizados na prestação de serviços tais como voz, ponto-multi-ponto, servidores, equipamentos de conexão de rede, sistemas de segurança, roteadores, banco de baterias, racks, adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil no valor R\$19.633 em 31 de março de 2011 (R\$27.299 em 31 de dezembro de 2010), líquido de depreciação acumulada. As garantias oferecidas nestas operações são os próprios bens adquiridos.

(v) Empréstimos no exterior

Em 21 de dezembro de 2010 a Companhia, através de sua controlada UOL-E, contratou operação de empréstimo junto ao Banco Bradesco – filial Grand Cayman, no montante de US\$ 217.000, equivalentes à R\$361.637.

A totalidade do empréstimo foi utilizada na aquisição da controlada DBNI. A Companhia é avalista deste empréstimo e ofereceu como garantia a totalidade dos títulos do Reino da Noruega que estavam registrados no ativo pelo montante de R\$ 377.935. Referido empréstimo foi liquidado em 21 de janeiro de 2011.

Em 28 de dezembro de 2010 a Companhia contratou operação de empréstimo com o Banco Itaú BBA – filial Nassau, no montante de R\$ 107.961. A totalidade do empréstimo foi utilizada na aquisição da controlada DBNI.

Em 18 de março de 2011 a Companhia contratou operação de empréstimo junto aos bancos Bradesco S.A e Itaú BBA, nos montantes de R\$ 79.487 com vencimento para 12 de março de 2012 e R\$ 68.001 com vencimento em 14 de setembro de 2011 respectivamente. A totalidade destes empréstimos foi utilizada para fins de liquidação do empréstimo com data de vencimento em 07 de abril de 2011 junto ao Banco Itaú BBA - filial Nassau, e manutenção das operações de investimentos da empresa ao longo do ano de 2011 e de 2012.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Programa de Integração Social - PIS	786	667	1.286	872
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.639	3.000	34.694	32.108
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.621	3.074	5.926	4.021
Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico - CIDE	1.221	1.205	1.300	1.283
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF (*)	810	1.053	810	1.053
Impostos sobre importação - (PIS, COFINS, IRRF, ISS)	1.231	1.213	1.259	1.213
Imposto Sobre Serviços - ISS	431	376	967	689
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52	46	3.387	6.195
Outros	494	1.058	1.036	1.462
Circulante	<u>11.285</u>	<u>11.692</u>	<u>50.665</u>	<u>48.896</u>
CPMF (*)	-	50	-	50
Passivo não circulante	-	50	-	50

(*) A Companhia optou por re-parcelar os débitos de CPMF que faziam parte do Programa de Parcelamento Especial - PAES. O re-parcelamento do débito da CPMF foi efetuado no âmbito da Lei nº 11.941/09 (“REFIS”) conforme formalização realizada através do *website* da Secretaria da Receita Federal (“SRF”) em 27 de novembro de 2009. O valor restabelecido no momento anterior ao PAES foi de R\$2.826 de principal e R\$7.215 de juros e multa, totalizando R\$10.041 e, posteriormente, aplicadas as reduções previstas no REFIS, registrando uma perda de R\$7.413

Com a adesão ao REFIS, o valor a pagar sobre os tributos incluídos nesse parcelamento, apresentado em 31 de março de 2011, controladora e consolidado é de R\$ 810 no passivo circulante (Em 31 de dezembro de 2010, R\$ 1.053 no passivo circulante e R\$ 50 no passivo não circulante).

A estimativa da Administração é de que o saldo de 31 de março de 2011 do referido parcelamento será liquidado no prazo de 10 meses, utilizando o número de parcelas fixas, sendo as mesmas atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Notas Explicativas

As provisões para contingências estão apresentadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovada pela Deliberação CVM nº 594/09, convergente com o IAS – 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

O Grupo provisiona as contingências, adotando o critério mencionado na nota explicativa nº 2.15 e incluindo, mas não se limitando à opinião dos assessores jurídicos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Trabalhistas	397	287	398	287
Tributárias	2.328	3.390	2.328	3.389
Cíveis	3.434	2.882	3.582	3.008
Passivo circulante	<u>6.159</u>	<u>6.559</u>	<u>6.308</u>	<u>6.684</u>
Trabalhistas	7.053	7.002	7.136	7.002
Tributárias	1.395	1.372	11.030	10.911
Cíveis	957	1.152	979	1.173
Passivo não circulante	<u>9.405</u>	<u>9.526</u>	<u>19.145</u>	<u>19.086</u>

As avaliações de eventos consideradas como de risco de perda possível são divulgadas em notas explicativas, quando relevantes, e para aquelas avaliadas de risco de perda remota não são registradas ou divulgadas.

Movimentação da provisão para contingências

	Controladora					31/03/11
	31/12/10	Adição	Baixa	Transferência	Varição monetária	
Trabalhistas	287	118	(8)	-	-	397
Tributárias	3.390	-	(1.103)	-	41	2.328
Cíveis	2.882	344	(157)	320	45	3.434
Circulante	<u>6.559</u>	<u>462</u>	<u>(1.268)</u>	<u>320</u>	<u>86</u>	<u>6.159</u>
Trabalhistas	7.002	208	(248)	-	91	7.053
Tributárias	1.372	-	-	-	22	1.395
Cíveis	1.152	360	(242)	(320)	7	957
Passivo não circulante	<u>9.526</u>	<u>568</u>	<u>(490)</u>	<u>(320)</u>	<u>121</u>	<u>9.405</u>

Notas Explicativas

Consolidado						
	31/12/10	Adição	Baixa	Transferência	Variação monetária	31/03/11
Trabalhistas	287	118	(7)	-	-	398
Tributárias	3.389	-	(1.103)	-	42	2.328
Cíveis	3.008	388	(181)	320	47	3.582
Circulante	<u>6.684</u>	<u>506</u>	<u>(1.291)</u>	<u>320</u>	<u>89</u>	<u>6.308</u>
	-					
Trabalhistas	7.002	208	(248)	82	92	7.136
Tributárias	10.911	42	-	(58)	135	11.030
Cíveis	1.173	390	(249)	(344)	9	979
Passivo não circulante	<u>19.086</u>	<u>640</u>	<u>(497)</u>	<u>(320)</u>	<u>236</u>	<u>19.145</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(i) Capital social**

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$530.621, representado por 120.132.310 ações, sendo 60.066.155 ações ordinárias e 60.066.155 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Controladora está autorizada a aumentar o seu capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, até o limite de 300.000.000 de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. A Controladora poderá, dentro do limite de capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Controladora ou às empresas sob seu controle.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital quando somadas as reservas de capital. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

(iii) Reserva de retenção de lucros

Foi deliberada pela Administração e aprovada, em 22 de março de 2011 pelos acionistas da Controladora a proposta de constituição de reserva de retenção de lucros de R\$94.505, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acrescido dos lucros acumulados em exercícios anteriores, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Controladora.

(iv) Dividendos e direitos das ações

As ações conferem a seus titulares os direitos, as vantagens e as restrições previstas na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento de Práticas Diferenciadas de

Notas Explicativas

Governança Corporativa da BOVESPA - Nível 2 e no Estatuto Social. Os principais direitos das ações preferenciais estão destacados a seguir:

- Direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações (“*tag-along*”) em decorrência da alienação do controle da Controladora, nas mesmas condições das ações ordinárias do bloco de controle.
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Controladora.
- Direito ao recebimento de dividendos iguais aos dividendos atribuídos às ações ordinárias.

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do estatuto social. Os dividendos foram calculados de acordo com o estatuto social da controladora, conforme segue:

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$926 serão pagos a partir de 18 de maio de 2011.

(v) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica contábil o efeito acumulado da variação cambial decorrente da conversão das informações financeiras intermediárias das controladas diretas e indiretas sediadas no exterior, UOL E-Corp., UOL International Services B.V., UOL Argentina Holdings S.A. e Diveo Broadband Networks, Inc, representado pelo montante de R\$7.689 em 31 de março de 2011 (R\$9.145 em 31 de dezembro de 2010).

Este efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

(vi) Ações em tesouraria

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76 e nas Instruções CVM nº 10/80 e 358/02, divulgou, através de Fato Relevante em 08/10/2009, a autorização para aquisição pela Companhia de até 3.122.201 (três milhões, cento e vinte e duas mil, duzentas e uma) ações preferenciais de sua própria emissão, com a utilização de reservas disponíveis. O objetivo desta autorização é o cancelamento das ações adquiridas, sem redução do capital social. O prazo máximo para a realização das operações autorizadas foi em 30 de setembro de 2010, que não foi renovado após o seu vencimento.

Até 31 de março de 2011, a Companhia adquiriu e mantém em tesouraria 495.000 ações preferenciais de sua própria emissão, representando 3,76% das ações em negociação no mercado, adquiridas pelo montante de R\$4.648. O custo médio ponderado destas aquisições foi de R\$9,39 por ação, tendo variado entre R\$9,20 e R\$9,40. O preço da ação preferencial (PN N2) da Companhia no fechamento do mercado à vista da Bovespa em 31 de março de 2011 era de R\$15,69.

(vi) Mudança na posição acionária

Notas Explicativas

Em 29 de dezembro de 2010 os acionistas Portugal Telecom SGPS S.A. e Portugal Telecom Brasil S.A. alienaram a totalidade de suas ações, sendo 11.572.959 ações preferenciais e 22.998.403 ações ordinárias para João Alves de Queiroz Filho, Negócio Magni S.A. de C.V. e Antonio Juan Bautista Vierci Mendonza.

A totalidade das ações negociadas representa 25% do capital social da Companhia e não representa alteração no controle ou na sua estrutura administrativa.

20. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Lucro líquido alocado disponível ao acionista controlador da Controladora - ações ordinárias e preferenciais	25.179	22.584
Denominador básico		
Média ponderada de ações	<u>119.682.310</u>	<u>119.637.310</u>
Quantidade de ações preferenciais	59.616.155	59.571.155
Quantidade de ações ordinárias	60.066.155	60.066.155
Lucro por Ação (em R\$) - básico e diluído	<u>0,21039</u>	<u>0,18877</u>
Lucro atribuível a ações preferenciais (em R\$)	0,21039	0,18877
Lucro atribuível a ações ordinárias (em R\$)	0,21039	0,18877

A Controladora não possuía em nenhum dos trimestres apresentados, instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações consideradas ações potenciais, que pudesse impactar o lucro por ação diluído.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Despesas financeiras:				
Perda não realizada em operação de "swap"	(11.348)	(11.265)	(11.348)	(11.265)
Perda realizada em operação de "swap"	-	-	(6.738)	-
Juros passivos	(4.695)	(694)	(8.889)	(828)
Variação monetária	527	284	505	266
Outras	(785)	(315)	(1.448)	(464)
Total	(16.301)	(11.990)	(27.918)	(12.291)
Receitas financeiras:				
Ganho realizado em operação de "swap"	4.145	673	4.145	673
Rendimentos de aplicações financeiras	5.495	16.142	5.537	16.426
Juros ativos	749	911	1.157	957
Total	10.389	17.726	10.839	18.056
Variações cambiais líquidas	1.038	2.857	7.633	2.551

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Outras despesas operacionais:				
Provisão para discussões legais e outras	2.256	(274)	2.212	(286)
Outras	1	-	(5)	-
Perda na venda de imobilizado	-	-	(2.688)	(9)
Total	2.257	(274)	(481)	(295)

23. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Receita bruta de assinaturas	136.133	129.027	136.133	130.964
Deduções da receita bruta de assinaturas	(35.397)	(35.651)	(35.765)	(35.729)
Receita de publicidade e outras	108.401	94.028	257.410	120.246
Deduções da receita bruta de publicidade e outras	(36.100)	(27.783)	(60.429)	(32.303)
	<u>173.037</u>	<u>159.621</u>	<u>297.349</u>	<u>183.178</u>
Despesas com pessoal	(25.491)	(26.285)	(61.907)	(31.506)
Depreciação e amortização	(14.821)	(14.665)	(33.158)	(19.857)
Serviços de terceiros	(78.432)	(77.404)	(101.418)	(88.326)
Receitas financeiras	10.389	17.726	10.839	18.056
Despesa financeiras	(16.301)	(11.990)	(27.918)	(12.291)
Variação cambial, líquida	1.038	2.857	7.633	2.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.425)	(9.352)	(17.639)	(9.696)
Despesas com manutenção e ocupação	(6.299)	(7.494)	(20.691)	(9.576)
Outras despesas operacionais	2.639	(6.651)	(13.099)	(4.404)
	<u>(141.704)</u>	<u>(133.258)</u>	<u>(257.358)</u>	<u>(155.049)</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	(64.055)	(64.583)	(98.117)	(71.531)
Despesas com vendas	(55.428)	(43.035)	(70.802)	(44.986)
Gerais e administrativas	(27.838)	(30.877)	(78.513)	(46.553)
Participações em sociedades controladas:	8.234	(3.082)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	2.257	(274)	(481)	(295)
Receitas financeiras	10.389	17.726	10.839	18.056
Despesas financeiras	(16.301)	(11.990)	(27.918)	(12.291)
Variação cambial, líquida	1.038	2.857	7.633	2.551
	<u>(141.704)</u>	<u>(133.258)</u>	<u>(257.358)</u>	<u>(155.049)</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**24.1 Políticas e categorias dos instrumentos financeiros**

O Grupo procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

O Grupo entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias consolidadas pelo seu valor contábil, são

Notas Explicativas

substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso o Grupo resolvesse liquidá-los ou realizá-los antecipadamente.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados conforme as seguintes categorias:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/11		31/12/10		31/03/11		31/12/10	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:								
Mantido até a data do vencimento:								
Títulos do Reino da Noruega	-	-	377.935	377.935	-	-	377.935	377.935
	-	-	377.935	377.935	-	-	377.935	377.935
Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo:								
Título de renda fixa	80.430	80.430	19.734	19.734	82.384	82.384	21.640	21.640
Debêntures	113.338	113.338	26.750	26.750	113.338	113.338	26.750	26.750
Depósito em garantia	-	-	-	-	8.958	8.958	-	-
Aplicação em garantia	-	-	-	-	1.591	1.591	-	-
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	7.845	7.845	-	-	7.920	7.920
Perda não realizada em operação de "swap"	(11.348)	(11.348)	(7.358)	(7.358)	(11.348)	(11.348)	(7.830)	(7.830)
	182.420	182.420	46.971	46.971	194.923	194.923	48.480	48.480
Empréstimos e recebíveis:								
Caixa e equivalentes de caixa	3.509	3.509	4.300	4.300	19.798	19.798	31.396	31.396
Contas a receber de clientes	212.194	212.194	115.907	115.907	275.783	275.783	184.745	184.745
Contas a receber de partes relacionadas	32.638	32.638	29.308	29.308	1.207	1.207	1.326	1.326
Outras contas a receber	13.831	13.831	14.285	14.285	41.236	41.236	39.611	39.611
	262.172	262.172	163.800	163.800	338.024	338.024	257.078	257.078
Custo amortizado:								
Fornecedores	130.430	130.430	129.423	129.423	163.041	163.041	169.730	169.730
Fornecedores de partes relacionadas	81.598	81.598	424.332	424.332	871	871	1.124	1.124
Empréstimos e financiamentos	343.066	343.066	200.076	200.076	371.207	371.207	586.268	586.268
Parcelamento de impostos - REFIS	810	810	1.053	1.053	810	810	1.053	1.053
Outras contas a pagar	28.690	28.690	31.826	31.826	61.053	61.053	73.604	73.604
	584.594	584.594	786.709	786.709	596.982	596.982	831.778	831.778

24.2 Gestão de Capital

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e bancos, conforme nota explicativa nº 5. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2011, a estratégia do Grupo foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 15% e 37% (entre 5% e 37% em 2010). Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

	Controladora	
	31/03/11	31/12/10
Total dos empréstimos	343.066	200.076
(-) Caixa e bancos	(3.509)	(4.300)
Dívida líquida	339.557	195.776
Total do patrimônio líquido	980.327	953.692
Total do capital	1.319.884	1.149.468
Índice de alavancagem financeira	25,73%	17,03%

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Total dos empréstimos	371.207	586.267
(-) Caixa e bancos	(19.798)	(31.396)
Dívida líquida	351.409	554.872
Total do patrimônio líquido	980.327	953.692
Total do capital	1.331.736	1.508.564
Índice de alavancagem financeira	26,39%	36,78%

24.3 Gerenciamento de riscos

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do Grupo, destacam-se:

(i) Exposição a riscos cambiais

Como política de gestão de caixa, o Grupo optou por manter parte de seus investimentos financeiros em aplicações expostas à desvalorização do dólar norte-americano. O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos destes. Para parte substancial das aplicações financeiras, sujeita a esse risco, o Grupo pactuou contratos de derivativos para proteção de eventual desvalorização do câmbio.

A exposição líquida, pelo valor contábil e valor justo, ao risco da taxa de câmbio em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora e consolidado			
	31/03/11		31/12/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:				
Títulos do Reino da Noruega	-	-	377.935	377.935
Aplicações financeiras com proteção através de contrato de derivativo	-	-	(377.935)	(377.935)
Exposição líquida	-	-	-	-
Certificados de depósito no exterior	-	-	19.734	19.734
Exposição líquida	-	-	19.734	19.734
Passivo				
CDI Banco Itau S.A	174.145	174.145	107.961	107.961
CDI Banco Bradesco S.A	79.487	79.487	-	-
Exposição líquida	321.633	321.633	107.961	107.961

A aplicação financeira está atrelada ao dólar americano e possui condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que estas se originaram, portanto, os valores justos são iguais aos valores contábeis.

(ii) Exposição a riscos da taxa de juros

As aplicações financeiras do Grupo são basicamente mantidas em operações vinculadas aos juros dos CDIs e parte dos empréstimos e financiamentos vinculada à TJLP.

O montante das aplicações financeiras sujeitas ao risco da taxa de flutuação da CDI em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era o seguinte:

Notas Explicativas

	Controladora			
	31/03/11		31/12/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:				
Títulos do Reino da Noruega	-	-	377.935	377.935
Títulos de renda fixa	80.430	80.430	19.734	19.734
Debêntures	<u>113.338</u>	<u>113.338</u>	<u>26.750</u>	<u>26.750</u>
Total	<u>193.768</u>	<u>193.768</u>	<u>424.419</u>	<u>424.419</u>

	Consolidado			
	31/03/11		31/12/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativo:				
Títulos do Reino da Noruega	-	-	377.935	377.935
Títulos de renda fixa	82.384	82.384	21.640	21.640
Depósito em garantia	8.958	8.958	-	-
Aplicação em garantia	1.591	1.591	-	-
Debêntures	<u>113.338</u>	<u>113.338</u>	<u>26.750</u>	<u>26.750</u>
Total	<u>206.271</u>	<u>206.271</u>	<u>426.325</u>	<u>426.325</u>

As aplicações financeiras possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram, portanto os valores de mercado são iguais aos valores contábeis.

O montante dos empréstimos e financiamentos sujeitos ao risco da taxa de flutuação da TJLP em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era o seguinte:

	Consolidado			
	31/03/11		31/12/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivo:				
BNDES	<u>3.781</u>	<u>3.781</u>	<u>3.205</u>	<u>3.205</u>
Total	<u>3.781</u>	<u>3.781</u>	<u>3.205</u>	<u>3.205</u>

O valor de mercado do referido empréstimo é igual ao valor contábil, considerando as características próprias desse financiamento.

(iii) Risco de crédito

Notas Explicativas

O Grupo mantém políticas de créditos aprovadas pela Administração, as quais prevêm, dentre outros, a análise individual do cliente antes da prestação do serviço tanto de assinaturas como de publicidade. O risco existe em razão da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Por meio de controles internos, o Grupo monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes, procedendo ao corte do acesso ao serviço de assinatura e publicidade, se a fatura estiver vencida há mais de 60 dias.

O Grupo mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa que poderão ocorrer, devidas aos riscos de não recebimento desses valores, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que o Grupo tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. O Grupo investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2010, o Grupo mantinha caixa e caixa equivalentes de R\$19.798 (R\$31.396 em 31 de dezembro de 2010) e aplicações financeiras de R\$204.680 (R\$426.325 em 31 de dezembro de 2010).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	31/03/2011		
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 7 anos
Empréstimos	283.996	37.637	49.573
Fornecedores e outras contas a pagar	5.835	1.280	-
Total	289.831	38.917	49.573

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas

vencimentos em 7 de abril de 2011, 14 de setembro 2011 e 12 de março de 2012. Para os vencimentos, a taxa provável foi desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários I e II, respectivamente.

São apresentados dois cenários, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 7 de abril de 2011, 14 de setembro 2011 e 12 de março de 2012. No cenário I, consideramos uma apreciação do real frente ao dólar de 25% e 50%, e no cenário II uma desvalorização do real frente ao dólar de 25% e 50%, conforme tabelas abaixo:

Contratos de venda futura de dólar com vencimento previsto para 7 de abril de 2011:

Cenários de taxas de câmbio Banco Itaú S.A					
Cenário provável		Cenário possível I (-25%)		Cenário remoto I (-50%)	
Dólar de referência*	Desvalorização	Dólar de referência	Desvalorização	Dólar de referência	Desvalorização
1,69	0,00%	1,32	-21,84%	0,88	-47,90%

Cenários de taxas de câmbio					
Cenário provável		Cenário possível II (+25%)		Cenário remoto II (+50%)	
Dólar de referência*	Desvalorização	Dólar de referência	Valorização	Dólar de referência	Valorização
1,69	0,00%	2,21	30,26%	2,65	56,31%

Contrato de venda futura de dólar com vencimento previsto para 14 de setembro de 2011:

Cenários de taxas de câmbio Banco Itaú S.A					
Cenário provável		Cenário possível I (-25%)		Cenário remoto I (-50%)	
Dólar de referência*	Desvalorização	Dólar de referência	Desvalorização	Dólar de referência	Desvalorização
1,68	0,00%	1,32	-21,07%	0,88	-47,38%

Cenários de taxas de câmbio					
Cenário provável		Cenário possível II (+25%)		Cenário remoto II (+50%)	
Dólar de referência*	Desvalorização	Dólar de referência	Valorização	Dólar de referência	Valorização
1,68	0,00%	2,21	31,55%	2,65	57,86%

Contrato de venda futura de dólar com vencimento previsto para 12 de março de 2012:

Notas Explicativas

Cenários de taxas câmbio Banco Bradesco S.A					
Cenário provável		Cenário possível I (-25%)		Cenário remoto I (-50%)	
Dólar de referência*	Desvalorização	Dólar de referência	Desvalorização	Dólar de referência	Desvalorização
1,67	0,00%	1,32	-20,65%	0,88	-47,10%

Cenários de taxas de câmbio					
Cenário provável		Cenário possível II (+25%)		Cenário remoto II (+50%)	
Dólar de referência*	Desvalorização	Dólar de referência	Valorização	Dólar de referência	Valorização
1,67	0,00%	2,21	32,26%	2,65	58,71%

Simulação

A simulação abaixo, baseada na análise de sensibilidade apresenta os possíveis ganhos e perdas na operação dos Títulos do Reino da Noruega, os quais estão protegidos através das operações de opção de venda futura de dólar apresentadas anteriormente.

Variação do Empréstimo Itaú			
	Cenário remoto (-50%)	Cenário possível (-25%)	Cenário provável
Operação			
Derivativo	R\$ 52.580	R\$ 23.981	(R\$ 4.619)
Aplicação financeira	(R\$ 52.580)	(R\$ 23.981)	R\$ 4.619
Efeito líquido	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Variação do Empréstimo Itaú			
	Cenário remoto (-50%)	Cenário possível (-25%)	Cenário provável
Operação			
Derivativo	R\$ 33.167	R\$ 14.750	(R\$ 3.667)
Aplicação financeira	(R\$ 33.167)	(R\$ 14.750)	R\$ 3.667
Efeito líquido	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Variação do Empréstimo Bradesco			
	Cenário remoto (-50%)	Cenário possível (-25%)	Cenário provável
Operação			
Derivativo	R\$ 37.730	R\$ 16.540	(R\$ 4.651)
Aplicação financeira	(R\$ 37.730)	(R\$ 16.540)	R\$ 4.651
Efeito líquido	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

Notas Explicativas

O Grupo possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras vinculados ao CDI. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de CDI. Em 31 de março de 2011, estimando um aumento ou uma redução de 10% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas financeiras no montante de R\$2.028. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticos nas taxas de juros sobre o saldo médio das aplicações financeiras 2011. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia entende não haver variações uma vez que estão atrelados a taxas pré fixadas.

(vi) Mensuração do valor justo

O valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não-observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais, sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como mantidos até a data do vencimento e títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos do Grupo mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são os seguintes:

	Mensuração ao Valor Justo			
	31/03/11	Preços Cotados em	Preços Cotados em	Registro não observáveis Nível 3
		mercados ativos para ativos Idênticos Nível 1	mercados não ativos para ativos Idênticos Nível 2	
Ativo Circulante				
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Mantido até a Data do Vencimento	-	-	-	-
Título para Negociação	-	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-
Passivo Circulante				
Empréstimos	321.633	321.633	-	-

	Mensuração ao Valor Justo			
	31/12/10	Preços Cotados em	Preços Cotados em	Registro não observáveis Nível 3
		mercados ativos para ativos Idênticos Nível 1	mercados não ativos para ativos Idênticos Nível 2	
Ativo Circulante				
Aplicações Financeiras	427.999	427.999	-	-
Derivativos	427.999	427.999	-	-
Passivo Circulante				
Empréstimos	107.961	107.961	-	-

25. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens e foi contratada para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. As principais coberturas estão assim demonstradas:

<u>Cobertura</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo produtivo/ administrativo	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	449.814
Responsabilidade civil	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais causados a terceiros	9.629
Lucro cessante	Perda de receita: lucro bruto decorrente de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	286.059
		<u>745.502</u>

Notas Explicativas

26. PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A Companhia co-contribui, em nome de alguns empregados, para o plano de complementação de aposentadoria multiempregador de contribuição definida denominado Folhaprev. A Companhia reconhece as correspondentes despesas no resultado do exercício em que são incorridas. Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, a Companhia efetuou contribuições conforme abaixo mencionado:

	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Plano de complementação de aposentadoria aos administradores	69	42
Plano de complementação de aposentadoria aos empregados	122	125
Total	<u>191</u>	<u>167</u>

Além das contribuições relacionadas, não existem outras obrigações presentes ou futuras resultantes à Companhia.

27. COMPROMISSOS DE LOCAÇÃO DE LONGO PRAZO

Em 31 de março de 2011, o Grupo possui contrato de longo prazo referente à locação de seus escritórios e topos de prédios para instalação de seus equipamentos que prevê atualização anual pela variação do IGP-M. Os compromissos futuros para pagamento desses espaços a partir de 31 de março de 2011 são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	4.684	10.177
2012	6.716	12.228
2013	7.253	11.346
2014	7.833	10.910
2015	8.460	10.923
2016	-	2.359

As despesas incorridas com esse contrato foram de R\$3.125 durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 (R\$1.180 no exercício findo em 31 de março de 2010). Não há despesas decorrentes de pagamentos contingentes e tampouco de subarrendamento.

No contrato não está prevista multa nem nenhuma outra obrigação devida pela Companhia no caso de rescisão antecipada. A Companhia não auferir receitas de sublocação com tais contratos.

28. NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E DE 2010

Notas Explicativas

As demonstrações dos fluxos de caixa estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovada pelas Deliberações CVM nº 547/08 e 624/10, convergente com o IAS 7 – Demonstrações dos fluxos de caixa.

(i) Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de março de 2011, o Grupo adquiriu bens do ativo imobilizado no montante de R\$5.075 (R\$5.299 durante o exercício findo em 31 de março de 2010), valores da Controladora e do Consolidado, sobre os quais não houve desembolso de caixa nos respectivos exercícios.

(ii) Capitalização de adiantamentos para o futuro aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia aumentou o investimento em suas controladas no montante de R\$746.027, que estava registrado como créditos com controladas. Essa transação não afetou o caixa da Companhia e controladas nos exercícios apresentados. Para o trimestre findo em 31 de março de 2011 não houve capitalização.

(iii) Parcelamentos de impostos – REFIS e PAES

A companhia possui parcelamentos de impostos que foram classificados em atividade de financiamentos por tratar-se de contratos específicos de longo prazo.

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

O saldo inicial e final do caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa e balanço patrimonial compreendem:

	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Caixa e bancos	19.798	7.631
Caixa e equivalentes de caixa	<u>19.798</u>	<u>7.631</u>

29. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010

29.1.1 Aplicação das novas práticas contábeis adotadas no Brasil nas demonstrações financeiras individuais

Na preparação das suas informações financeiras intermediárias individuais (identificadas como Controladora (BR GAAP)), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os exercícios apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço

Notas Explicativas

patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no pronunciamento técnico CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 43, ajustando as suas informações financeiras intermediárias individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e do pronunciamento técnico CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas suas informações financeiras intermediárias individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas informações financeiras intermediárias consolidadas, conforme nota explicativa nº 2. Tal procedimento foi adotado a fim de obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. No entanto, na Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações financeiras intermediárias individuais diferem do IFRS aplicável às informações financeiras intermediárias separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

29.1.2 Descrição das diferenças entre as práticas contábeis:

a) Permutas

De acordo com o BR GAAP antigo, a Companhia reconheceu as transações de permuta de publicidade considerando os descontos concedidos e obtidos conforme as cláusulas e condições contratuais pactuadas com fornecedores e clientes, registrando as receitas quando da prestação dos serviços e as despesas quando incorridas.

De acordo com o IFRS e novas CPCs, a Companhia reconheceu as transações de permuta de publicidade ao valor justo, quando forem dissimilares e o montante da transação puder ser mensurado confiavelmente, conforme determina o SIC 31.

b) Arrendamento mercantil

Conforme o BR GAAP, até 31 de dezembro de 2007 não era requerida a capitalização dos bens adquiridos por contrato de arrendamento mercantil financeiro, considerando todos os contratos como arrendamento operacional. O valor residual garantido era registrado no ativo imobilizado, quando do seu pagamento, que pode ocorrer diluído ao longo do contrato de arrendamento mercantil ou ao seu final. A depreciação do valor residual garantido iniciava-se ao final do contrato de arrendamento mercantil e pelo período da vida útil estimada remanescente do bem. Em 28 de dezembro de 2007, foi instituída a Lei nº 11.638, que tratava das novas práticas contábeis a serem adotadas no Brasil e, posteriormente, foram emitidos os pronunciamentos técnicos CPC 06 e CPC 13, que determinam que todos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro e dos contratos vigentes na data de transição, devem ser registrados no imobilizado e submetidos às depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens. Tendo em vista que somente os contratos de

Notas Explicativas

arrendamento mercantil financeiro em aberto em 1º de janeiro de 2008 foram capitalizados, há uma diferença de prática contábil com o IFRS.

Para fins de IFRS, conforme IAS 17, os contratos de arrendamento mercantil são classificáveis como arrendamento financeiro ou arrendamento operacional. Os arrendamentos que transferem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade dos ativos para a Companhia são classificados como arrendamento financeiro e registrados como compra financiada dos bens arrendados. Na análise para classificação, as seguintes premissas foram consideradas em conformidade com essa norma: (i) no término da vigência do contrato de arrendamento, a ocorrência da transferência de propriedade do bem para a Companhia; (ii) existência de opção de compra do bem pela Companhia, por valor substancialmente inferior ao seu valor de mercado; (iii) o período de contrato do arrendamento representa parcela substancial da vida útil do bem; (iv) o valor presente do contrato de arrendamento em relação ao valor de mercado do bem; e (v) a natureza dos bens arrendados, atentando para a customização para o arrendatário sem necessidade de modificações relevantes.

c) Conversão de informações trimestrais de investidas sediadas no exterior

De acordo com o BR GAAP, a variação de taxas de câmbio sobre investimentos mantidos no exterior, bem como sobre o saldo de patrimônio líquido de empresas consolidadas com moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora, apuradas em exercícios anteriores foi reconhecida no resultado do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, conforme requerido pela Lei nº11.638 e o pronunciamento técnico CPC 02 que trata dos “Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis”, equiparando, dessa forma, as normas internacionais (IFRS).

De acordo com o IFRS, as variações de taxas de câmbio sobre investimentos mantidos no exterior, apuradas a partir de 1º de janeiro de 2006 (data de transição para IFRS), foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em rubrica específica.

d) Participação de acionistas minoritários

De acordo com o BR GAAP antigo, a parcela correspondente aos acionistas minoritários de suas controladas é destacada em grupo isolado, no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do patrimônio líquido. Com relação à parcela correspondente ao resultado do período, é destacada em rubrica específica antes do lucro líquido.

De acordo com o IAS 1 e CPC 26(R1), a parcela correspondente aos acionistas minoritários não é destacada do patrimônio líquido nem do resultado do período consolidado.

Notas Explicativas

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o IFRS e novas CPCs, os efeitos decorrentes da aplicação dessas práticas devem ser reconhecidos nas informações trimestrais consolidadas como imposto de renda diferido nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram tais efeitos forem contabilizados. As diferenças entre as bases contábil (apresentadas nas posições contábeis) e fiscal (montante que será dedutível ou tributável para fins de imposto de renda) dos ativos e passivos são classificadas como diferenças temporárias. O imposto de renda diferido ativo só deve ser inicialmente reconhecido à medida que for provável que este será realizado contra ganhos tributáveis a serem gerados no futuro. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem sempre ser classificados como não circulantes e não devem ser descontados.

Conforme demonstrado na reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido dos períodos, os ativos e passivos registrados nas informações trimestrais em IFRS apresentam certas diferenças com relação ao BR GAAP antigo. Essas diferenças foram objeto de análise para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os mesmos efeitos foram considerados nas informações trimestrais individuais, de acordo com as regras do CPCs (BR GAAP).

f) Combinação de negócios

De acordo com o BR GAAP antigo, as aquisições de empresas foram reconhecidas de acordo com a Instrução CVM nº 247.

De acordo com IFRS, tais aquisições foram reconhecidas de acordo com o IFRS 3 e CPC 15.

g) Reclassificações – vide nota explicativa 2.22.

h) Lucro por ação

De acordo com o BR GAAP antigo, o lucro por ação era calculado pela divisão do lucro líquido do período pelo número de ações em circulação do capital social no término do exercício. Não existe o conceito de lucro por ação diluído. Não há obrigatoriedade de ajustar os valores de períodos anteriores por desdobramento ou agrupamento de ações ou transações similares.

De acordo com o IAS 33, as companhias de capital aberto devem divulgar o lucro básico por ação (“basic earnings per share”) e o lucro diluído por ação (“diluted earnings per share”) na demonstração do resultado. O lucro básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição. Uma companhia deve calcular o lucro diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são

Notas Explicativas

considerados ações potenciais. Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrerem depois da data do balanço, mas antes da autorização para emissão das informações trimestrais, os cálculos por ação daquelas ou de quaisquer demonstrações financeiras ou informações trimestrais de períodos anteriores devem ser baseados no novo número de ações.

29.2 Conciliações para práticas contábeis anteriores

Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração de resultado e demonstração do valor adicionado da controladora e consolidado, são apresentados nestas informações financeiras intermediárias como seguem:

29.2.1 Demonstração de resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010

Nota explicativa n°	Controladora				Consolidado			
	31/03/10 (BR GAAP Antigo)	Ajustes CPC	Reclassificação	31/03/10 (BR GAAP)	31/03/10 (BR GAAP Antigo)	Ajustes IFRS	Reclassificação	31/03/10 (IFRS)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	160.315	(694)	-	159.621	183.872	(694)	-	183.178
Custo dos Serviços prestados	(53.751)	-	(10.832)	(64.583)	(57.755)	-	(13.776)	(71.531)
LUCRO BRUTO	106.564	(694)	(10.832)	95.038	126.117	(694)	(13.776)	111.647
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS:								
Com vendas	(43.193)	158	-	(43.035)	(45.144)	158	-	(44.986)
Gerais e administrativas	(41.709)	-	10.832	(30.877)	(59.533)	(796)	13.776	(46.553)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.309)	(796)	-	(2.105)	-	-	-	-
Provisão para perdas em operação de controladas	(977)	-	-	(977)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(274)	-	2.857	2.583	(295)	-	2.551	2.256
Despesas Financeiras	(11.990)	-	-	(11.990)	(12.291)	-	-	(12.291)
Receitas Financeiras	17.726	-	-	17.726	18.056	-	-	18.056
Variação Cambial, líquida	2.857	-	(2.857)	-	2.551	-	(2.551)	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PARTICIPAÇÃO DE AACIONISTAS MINORITÁRIOS	27.695	(1.332)	-	26.363	29.461	(1.332)	-	28.129
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES	(5.755)	-	-	(5.755)	(7.505)	-	-	(7.505)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	1.523	453	-	1.976	1.523	453	-	1.976
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.463	(879)	-	22.584	23.479	(879)	-	22.600
Atribuída a:								
Participação do acionista controlador na controladora	23.463	(879)	-	22.584	23.479	(879)	-	22.600
Participação de acionista minoritários	-	-	-	-	(16)	-	-	(16)

29.2.2 Demonstração do valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2010

Notas Explicativas

	Nota explicativa nº 29.1.2	Controladora			Consolidado		
		31/03/10 (BR GAAP Antigo)	Ajustes CPC	31/03/10 (BR GAAP)	31/03/10 (BR GAAP Antigo)	Ajustes IRFS	31/03/10 (IFRS)
RECEITAS							
Vendas de produtos e serviços	a	176.586	(694)	175.892	204.515	(694)	203.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição		(9.354)	-	(9.354)	(9.700)	-	(9.700)
Receitas relativas a construção de ativos próprios		20.909	-	20.909	20.950	-	20.950
Outras		-	-	-	(11)	-	(11)
		<u>188.141</u>	<u>(694)</u>	<u>187.447</u>	<u>215.754</u>	<u>(694)</u>	<u>215.060</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS							
Custo dos serviços prestados		(45.622)	-	(45.622)	(49.975)	-	(49.975)
Materiais, energia elétrica, serviço de terceiros e outros	a	(58.190)	158	(58.032)	(68.157)	158	(67.999)
		<u>84.329</u>	<u>(536)</u>	<u>83.793</u>	<u>97.622</u>	<u>(536)</u>	<u>97.086</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO							
Depreciação e amortização	f	(15.769)	-	(15.769)	(20.372)	(796)	(21.168)
		<u>68.560</u>	<u>(536)</u>	<u>68.024</u>	<u>77.250</u>	<u>(1.332)</u>	<u>75.918</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE							
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA							
Resultado de equivalência patrimonial	f	(1.309)	(796)	(2.105)	-	-	-
Outros resultados com investimentos		-	-	-	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos		(977)	-	(977)	-	-	-
Receitas financeiras		24.860	-	24.860	25.193	-	25.193
		<u>22.574</u>	<u>(796)</u>	<u>21.778</u>	<u>25.193</u>	<u>-</u>	<u>25.193</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>91.134</u>	<u>(1.332)</u>	<u>89.802</u>	<u>102.443</u>	<u>(1.332)</u>	<u>101.111</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO							
		<u>91.134</u>	<u>(1.332)</u>	<u>89.802</u>	<u>102.443</u>	<u>(1.332)</u>	<u>101.111</u>
Pessoal							
		<u>25.995</u>	<u>-</u>	<u>25.995</u>	<u>30.374</u>	<u>-</u>	<u>30.374</u>
Salários		20.309	-	20.309	24.003	-	24.003
Benefícios		3.439	-	3.439	3.873	-	3.873
FGTS		2.247	-	2.247	2.498	-	2.498
		<u>20.848</u>	<u>(453)</u>	<u>20.395</u>	<u>26.828</u>	<u>(453)</u>	<u>26.375</u>
Impostos, taxas e contribuições							
		<u>20.380</u>	<u>(453)</u>	<u>19.927</u>	<u>24.211</u>	<u>(453)</u>	<u>23.758</u>
Federal	e	20.380	(453)	19.927	24.211	(453)	23.758
Estadual		-	-	-	1.761	-	1.761
Municipal		468	-	468	856	-	856
		<u>20.828</u>	<u>-</u>	<u>20.828</u>	<u>21.762</u>	<u>-</u>	<u>21.762</u>
Remuneração de capitais de terceiros							
		<u>4.621</u>	<u>-</u>	<u>4.621</u>	<u>4.969</u>	<u>-</u>	<u>4.969</u>
Aluguéis		4.621	-	4.621	4.969	-	4.969
Juros		16.207	-	16.207	16.793	-	16.793
		<u>23.463</u>	<u>(879)</u>	<u>22.584</u>	<u>23.479</u>	<u>(879)</u>	<u>22.600</u>
Remuneração de capitais próprios							
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>16</u>
Participações minoritárias		-	-	-	16	-	16
Lucros retidos		23.463	(879)	22.584	23.463	(879)	22.584

29.3 Fluxos de caixa

Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de financiamento e de investimento, na controladora e no consolidado, não sofreram alterações oriundas das novas práticas contábeis.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) Incorporação DH&C

Conforme protocolo de incorporação de 30 de abril de 2011, a DH&C foi incorporada pela Diveo Brasil. O objetivo da incorporação é a maior integração e unidade administrativa, comercial e financeira, com a consequente redução de custos operacionais, administrativos e financeiros da Companhia e suas controladas.

O acervo líquido incorporado, representado pela posição contábil em 31 de março de 2011, é como segue:

Notas Explicativas

Ativo	925.754
Passivo	142.346
Acervo líquido	783.408

(ii) Aquisição de empresa

Em 5 de abril de 2011 a Companhia celebrou contrato para a aquisição de 51% das quotas da Boa Compra Ltda., que posteriormente será transformada em Sociedade Anônima, havendo conversão das quotas em ações ordinárias e preferencias. O valor da aquisição é de R\$ 2.331, sendo representado por caixa e por créditos de propaganda e data center a serem pagos e/ou utilizados.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

QUADRO ITR - DEMAIS INFORMAÇÕES - INFORMAÇÕES RELEVANTES

POSIÇÃO DAS AÇÕES - UNIVERSO ONLINE S/A

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: UNIVERSO ONLINE S.A.					Posição em 31/03/2011 (Em Unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Folhapar	41.673.525	69,38%	28.844.140	48,02%	70.517.665	58,70%
João Alves de Queiroz Filho	9.777.837	16,28%	6.890.539	11,47%	16.668.376	13,88%*
Negotio Magni S.A. de C.V.	7.095.730	11,81%	4.917.501	8,19%	12.013.231	10,00%
Fundo Fator	-	0,00%	5.441.900	9,06%	5.441.900	4,53%**
Outros Acionistas	1.519.063	2,53%	13.477.075	22,44%	14.996.138	12,48%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	495.000	0,82%	495.000	0,41%
Total	60.066.155	100,00%	60.066.155	100,00%	120.132.310	100,00%

*Empresa com sede no exterior.

** Fundos administrados pelo Banco Fator S.A., do total de ações 1.938.500 ações pertencem ao Fundo Sinergia III e 3.288.300 ações ao Fundo Fator Sinergia IV

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: FOLHAPAR S.A.					Posição em 31/03/2011 (Em Unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Luiz Frias	9.727.444	100,00%	8.731.945	48,17%	18.459.389	66,27%
Empresa Folha da Manhã S.A.	-	0,00%	9.255.329	51,06%	9.255.329	33,23%
Outros Acionistas	15	0,00%	139.269	0,77%	139.284	0,50%
Total	9.727.459	100,00%	18.126.543	100,00%	27.854.002	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.					Posição em 31/03/2011 (Em Unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Larimus Participações Ltda.	781.501	100,00%	781.498	100,00%	1.562.999	100,00%
Luiz Frias	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Octávio Frias de Oliveira Filho	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Total	781.501	100,00%	781.500	100,00%	1.563.001	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: LARIMUS PARTICIPAÇÕES LTDA.					Posição em 31/03/2011 (Em Unidades de Cotas)	
Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Folha Participações S.A.	12.558.998	100,00%	12.558.998	100,00%		
Luiz Frias	1	0,00%	1	0,00%		
Octávio Frias de Oliveira Filho	1	0,00%	1	0,00%		
Total	12.559.000	100,00%	12.559.000	100,00%		

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: FOLHA PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 31/03/2011 (Em Unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Luiz Frias	260.500	33,33%	137.500	18,87%	398.000	26,36%
Octávio Frias de Oliveira Filho	260.500	33,33%	137.500	18,87%	398.000	26,36%
Maria Cristina Frias de Oliveira	260.500	33,33%	96.500	13,25%	357.000	23,64%
Maria Helena Camargo de Toledo Piza	-	0,00%	357.000	49,00%	357.000	23,64%
Total	781.500	100,00%	728.500	100,00%	1.510.000	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/03/2011						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	41.673.525	69,38%	28.844.140	48,02%	70.517.665	58,70%
Administradores						
Conselho de Administração	10.566.120	17,59%	6.890.547	11,47%	17.456.667	14,53%
Diretoria	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	495.000	0,00%	495.000	0,41%
Outros Acionistas	7.826.510	13,03%	23.836.468	39,68%	31.662.978	26,36%
Total	60.066.155	100,00%	60.066.155	99,18%	120.132.310	100,00%
Ações em Circulação	7.893.999	13,14%	23.836.470	39,68%	31.730.469	26,41%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2010 (12 meses atrás)*						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	37.067.752	61,71%	28.844.140	48,02%	65.911.892	54,87%
Administradores						
Conselho de Administração	-	0,00%	196	0,00%	196	0,00%
Diretoria	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	495.000	0,00%	495.000	0,41%
Outros Acionistas	22.998.403	38,29%	30.726.819	51,15%	53.725.222	44,72%
Total	60.066.155	100,00%	60.066.155	99,18%	120.132.310	100,00%
Ações em Circulação	22.998.403	38,29%	30.726.819	51,15%	53.725.222	44,72%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Universo Online S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Universo Online S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considera a informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estejam adequadamente elaboradas e apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis

intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2 "S" SP